



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CAMPUS SOBRAL

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E
POLÍTICAS PÚBLICAS**

MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA

**CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL E MODOS DE ATUAÇÃO DO
ORIENTADOR EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE SOBRAL-CE**

SOBRAL

2022

HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL E MODOS DE ATUAÇÃO DO
ORIENTADOR EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE SOBRAL-CE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas em da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Educação e Políticas Públicas.

Orientador: Prof^ª. Dra. Natália Santos Maques

SOBRAL

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- S58c Silva Santos Barbosa, Hiara da.
Caracterização do perfil profissional e modos de atuação do orientador educacional na rede pública de ensino de Sobral-CE / Hiara da Silva Santos Barbosa. – 2022.
74 f. : il. color.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Campus de Sobral, Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, Sobral, 2022.
Orientação: Profa. Dra. Natália Santos Marques.
1. Orientador Educacional. 2. Perfil Profissional. 3. Atribuições Profissionais. 4. Sobral. I. Título.
CDD 302.5
-

HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA

CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL E MODOS DE ATUAÇÃO DOS
ORIENTADORES EDUCACIONAIS NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE SOBRAL-CE

Dissertação apresentada ao Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas em da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre. Área de concentração: Educação e Políticas Públicas.

Orientador: Prof^ª. Dra. Natália Santos Maques

Aprovado em: 04/05/2022

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr^ª. Natália Santos Maques (Orientadora)

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Francisco Pablo Huascar Aragão Pinheiro

Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof^ª. Dr^ª. Aline Beckmann de Castro Menezes

Universidade Federal do Pará (UFPA)

AGRADECIMENTOS

À Deus pelo dom da vida.

À minha mãe, Luzinete, por estar sempre ao meu lado.

Ao meu pai, Francisco, pela fonte de força e inspiração.

À minha irmã, Luzivalda, por apoiar meus sonhos e sempre acreditar no meu potencial.

Aos meus amigos, Walter e Anderson, por seguirem me apoiando em cada etapa da vida e do mestrado.

À minha amiga, Elizabete Marinho, por sempre me colocar em suas orações e me dar forças para acreditar que era possível.

À minha amiga, Andreia Santos, por ser amparo, fortalecer e sempre ter um lugar de aconchego e boas conversas em todos os momentos.

Aos colegas de trabalho, orientadores educacionais, por seguirem nessa jornada comigo e apoiarem a pesquisa.

À professora Natália por toda delicadeza, gentileza e empenho. Por acreditar na proposta dessa pesquisa e seguir essa caminhada junto comigo.

Aos colegas de mestrado, que seguiram seus sonhos mesmo diante do medo, da incerteza e de tempos assombrosos do COVID-19.

Aos professores Francisco Pablo, Aline Beckmann e Rodrigo Maia pelas contribuições que tornaram esse trabalho ainda mais valioso pelas suas participações nas bancas de qualificação e defesa.

APRESENTAÇÃO

Este trabalho de conclusão de mestrado é composto por dois artigos científicos, um relatório técnico referente a material didático e um E-book. A pesquisa desdobrou-se primeiro, no artigo que apresenta o cenário nacional da profissão de orientador educacional desde seu surgimento até os dias atuais, intitulado História, Perfil e Modo de atuação do Orientador Educacional no Brasil (ANEXO D). Segundo, na pesquisa de campo onde foram realizadas intervenções com o grupo de trabalhadores referenciados que atuavam, especificamente, como orientadores educacionais em escolas da Rede Municipal de Sobral-CE. O artigo fruto da pesquisa de campo apresenta o estudo da legislação local referente à implementação do cargo de apoio a gestão escolar junto aos dados que fazem alusão à caracterização do perfil profissional e os modos de atuação conforme as análises. Já o relatório material didático (ANEXO C) apresenta o processo da pesquisa que culminou na produção do E-book intitulado Miniguia do Orientador Educacional: Atribuições e Indicadores de feitos no Contexto Educacional Sobralense (ANEXO G). Ele fornece dados técnicos e apresenta seus desdobramentos de modo a subsidiar a prática do orientador educacional, auxiliando e orientando os profissionais na articulação de suas práticas e com indicadores de efeitos para avaliá-las. Todo o processo da pesquisa de campo e construção dos indicadores de efeitos estão descritos no artigo intitulado caracterização do perfil profissional e modos de atuação do orientador educacional na rede pública de ensino de Sobral-CE, que dá nome a essa pesquisa.

RESUMO

A pesquisa apresenta a caracterização do perfil profissional e modos de atuação do Orientador Educacional (O.E) na rede pública de ensino de Sobral-CE. Foi realizado diagnóstico situacional por meio da aplicação de formulários e rodas de conversas virtuais, assim como levantamento bibliográfico referente à implementação do cargo no Município e no cenário Nacional. Participaram do estudo onze O.E que atuam em escolas de anos iniciais e/ou finais do ensino fundamental, nos territórios da zona urbana e rural da Cidade. Dentre os principais resultados estão: em relação ao perfil profissional, o estudo indica que os orientadores educacionais têm formação acadêmica em Psicologia e, na maioria, qualificações na área educacional, seguidas pela área da saúde, jurídica e organizacional. Em relação ao seu modo de atuação, encontramos uma variedade de atividades que incluem atribuições pedagógicas vinculadas à implementação das competências socioemocionais (CSE), atribuições profissionais direcionadas para o desenvolvimento das relações interpessoais, metodologias de resoluções de conflitos e ações de cunho formativo, sendo o público-alvo, prioritariamente, os estudantes e professores.

Palavras-chave: Orientador Educacional; Perfil profissional; Atribuições profissionais; Sobral.

ABSTRACT

The research presents the characterization of the professional profile and modes of action of the Educational Advisor (O.E) in the public school system of Sobral-CE. A situational diagnosis was carried out through the application of forms and virtual conversation wheels, as well as a bibliographic survey regarding the implementation of the position in the Municipality. Eleven O.E who work in schools of early and/or final years of elementary school participated in the study, in the territories of the urban and rural areas of the City. Among the main results are: in relation to the professional profile, the study indicates that educational advisors have an academic background in Psychology and, in the majority, qualifications in the educational area, followed by the health, legal and organizational areas. In relation to its way of acting, we found a variety of activities that include pedagogical attributions linked to the implementation of socio-emotional competences (CSE), professional attributions aimed at the development of interpersonal relationships, conflict resolution methodologies and training actions, being the target audience, primarily students and teachers.

Keywords: Educational Advisor; Professional Profile; Professional assignments; Sobral.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	METODOLOGIA.....	13
2.1	Tipo de estudo.....	13
2.2	Amostra.....	13
2.3	Local de realização da pesquisa.....	13
2.4	Coleta de dados.....	13
2.5	Análise de dados.....	14
2.6	Considerações éticas.....	15
3	RESULTADOS.....	15
3.1	Perfil Profissional.....	15
3.2	Atribuições Profissionais.....	16
3.3	Funções das Atribuições do Orientador Educacional.....	17
3.4	Eixos de Atuação do orientador educacional.....	18
3.5	Desafios.....	18
3.6	Organização documental das Atividades e Quantitativo das Produções Mensais.....	19
4	DISCUSSÕES.....	20
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
	REFERÊNCIAS.....	26
	ANEXOS A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)	28
	ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO	31
	ANEXO C – ROTEIRO DO FORMULÁRIO E DA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA.....	34

	10
ANEXO D – ARTIGO HISTÓRICO, PERFIL E MODO DE ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NO BRASIL.....	35
ANEXO E – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO DO ARTIGO.....	56
ANEXO E- RELATÓRIO DO MATERIAL DIDÁTICO.....	57
ANEXO F – E-BOOK MINIGUIA DO ORIENTADOR EDUCACIONAL: ATRIBUIÇÕES E INDICADORES DE EFEITOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL SOBRALENSE.....	61

1 INTRODUÇÃO

No Brasil a profissão de orientador educacional foi criada em 1968 (LEI nº 5.564) e determinada obrigatoriamente em todas as escolas por meio da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) nº 5692/71. Em decorrência disso um gama de profissionais que já atuavam em escolas foram remanejados de suas funções de origem para desempenharem o papel de orientador educacional. Essa ampliação do número de orientadores educacionais também trouxe maior variação sobre o que é e o que faz o orientador educacional devido suas práticas estarem relacionadas às suas formações acadêmicas e aos interesses das instituições.

Com a regulamentação da profissão em 1973 (DECRETO-LEI nº 72.846), o exercício privativo da profissão passou a ser dos licenciados em pedagogia com habilitação em orientação educacional, aos diplomados ou especialista em orientação educacional e aos diplomados em orientação educacional por escolas estrangeiras com devida revalidação. Esse profissional teria como objetivo principal prestar assistência aos educandos de modo individual e/ou em grupo nas escolas e sistemas escolares no nível médio e primário com ações voltadas para desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade do educando.

Após período de expansão da orientação educacional, na Década 80 a educação veio a sofrer fortes críticas, sendo questionada pela sua tendência tecnicista que deixava em segundo plano o desenvolvimento social e integral do aluno. Muitas dessas críticas relacionavam-se à orientação educacional. Nesse período, ela foi fortemente desqualificada pelo seu foco em questões individuais do discente e pouca preocupação com a formação teórico-política.

As críticas relacionadas ao trabalho do orientador educacional descredibilizando sua atuação levaram a orientação educacional para um período sombrio na década seguinte, onde na LDB 9394/96 a formação de profissionais para a orientação educacional ficava a cargo dos cursos de graduação em pedagogia ou das pós-graduações, a critério da instituição de ensino, garantida, nesta formação, a base comum nacional. Ela não apontava para formação acadêmica específica para o orientador educacional, e sim indicava qualificações necessárias.

Luck (2017) aponta que olhar para o processo formativo desse profissional é de suma importância para a garantia da execução de suas atribuições, e que o profissional deve conhecer o seu trabalho, e que por mais rica, coerente e ampla que seja a sua concepção teoria de nada valerá se não for sistematizada, organizada e seguramente direcionada.

Para alguns autores, a inexistência de regulamentação referente ao modo de inserção desse profissional nas redes de ensino, acarreta alguns pontos a serem considerados: 1) a escolha desse profissional fica a critério das gestões (o que pode gerar uma mesclagem entre os objetivos da instituição e aos interesses políticos locais). 2) Cada governo pode determinar se há a necessidade desse profissional na rede de ensino, como será essa inserção, a formação e qualificações necessárias e atribuições características ao cargo. (OURIQUE; TOMAZETTI, 2005; PASCOAL; HONORATO; DE ALBUQUERQUE, 2008; CANDATEN DA SILVA, 2017; DAVID, 2017).

Nesse ponto, a diversidade de atribuições possibilitou ao orientador atuar frente a vários contextos educacional, sendo a densidade de ações indicativas da complexidade e importância deste novo profissional no ambiente educacional, assim como a criação perfis profissionais diversos para orientador educacional. Mas até que ponto foram analisados os impactos ocasionados tanto pelas atribuições privativas do orientador educacional pelo fator formação acadêmica na construção da identidade do orientador educacional?

Apesar da vasta produção referente a percurso histórico de implementação da profissão no País (como os marcos legais da inserção no contexto educacional e descrições das atribuições) pouco há relatos de práticas do orientador educacional associadas às atribuições previstas em lei e à sua formação acadêmica. (BARBOSA; MARQUES, 2021).

Além disso, as autoras indicam uma necessidade de pesquisas sobre a sistemática de trabalho dos orientadores educacionais e de indicadores de efeitos das intervenções no contexto escolar. Uma vez que, é basilar uma referência para a atuação desse profissional baseado no que se espera desse profissional em termos legais e o que é possível desenvolver diante de contextos diversos.

Com isso, apontamos o contexto da Cidade de Sobral-CE a qual por meio da Lei nº 1704/2017 criou a carreira de apoio a gestão escolar no âmbito do poder executivo municipal. Foi provido o concurso público com 50 vagas para o cargo de orientador educacional destinado a graduados em Psicologia a fim de dar prosseguimento a implementação do novo eixo educacional de Sobral: desenvolvimento das competências socioemocionais.

A caracterização acerca do orientador educacional, tal como proposto neste trabalho, pode contribuir compreensão da função dos orientadores educacionais no sistema de ensino da rede de Sobral, fornecendo subsídios para orientadores educacionais via registro de

dados sobre o trabalho de acompanhamento e planejamento das principais demandas e desafios no processo de inserção no contexto educacional.

Esses dados podem auxiliar nas tomadas de decisões, análise dos efeitos da atuação da categoria (Desde a implementação do cargo até demandas que possam emergir nesse campo de atuação em anos posteriores). Além disso, pode contribuir para a literatura nacional ao apresentar a sistematização das ações desse profissional em consonância com as suas funções.

2 METODOLOGIA

2.1 Tipo de estudo

Mediante a proposta de estudar o perfil profissional e modos de atuação dos orientadores educacionais nas escolas públicas municipais de Sobral-CE, a pesquisa será de natureza quanti-quali.

2.2 Amostra

Para a presente pesquisa a amostra consistiu em 11 orientadores educacionais, sendo 09 mulheres e 02 homens, com faixa etária entre 24 a 36 anos. Destes, 02 atuam em escolas mistas e especialistas de tempo regular, 03 em escola mista e especialista de tempo integral, 02 somente escola especialista de tempo integral, 01 somente escola mista, 02 somente escola especialista de tempo integral e escola mista, 01 em somente escola especialista de tempo regular. Todos que participaram da pesquisa possuem atuação em escolas da zona rural e urbana de Sobral.

2.3 Local de realização do estudo

O local escolhido para seleção dos profissionais de orientação educacional serão as Escolas Municipais de Sobral-CE dos anos iniciais.

2.4 Coleta de dados

A coleta de dados ocorreu durante o período de isolamento social decorrente do COVID-19. Foi realizada via recursos e plataformas digitais, composta de três etapas: **Etapa 1** – Contato com público da pesquisa via e-mail e *whatsapp* para aceite na pesquisa por meio o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Projeto aprovado pelo comitê de ética com nº .**Etapa 2** – Diagnóstico situacional (fase de aplicação e fase de agrupamento das informações) e **Etapa 3** – Desenvolvimento de instrumental pela pesquisadora.

Na **Etapa 1** a pesquisadora entrou em contato com os orientadores educacionais e, a partir disso, enviou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os mesmos. Sendo o TCLE em formato eletrônico do Google Formulário e o aceite realizado por meio do preenchimento dos itens de identificação pessoal e do item de consentimento com a pesquisa.

A **Etapa 2** foi o diagnóstico situacional. Essa etapa correspondeu a coleta de dados em relação ao perfil profissional, modos de atuação e desafios específicos de cada orientador educacional e também enquanto categoria profissional.

O diagnóstico envolveu duas subetapas. Em cada uma houve a aplicação de instrumentos com os participantes, sendo essas Subetapas: Subetapa 1 com aplicação do Formulário Eletrônico Sobre o Perfil Profissional e do Formulário Eletrônico Sobre os Desafios de Cada Participante da sua Atuação nas Instituições de Ensino; Subetapa 2 com aplicação o Roteiro da Entrevista Semiestruturada das Demandas Gerais da Categoria e seus Desafios.

A Subetapa 1, consistiu primeiro no preenchimento do Formulário Eletrônico Perfil Profissional, que foi enviado para o e-mail institucional de cada participante. Formulário composto de 10 questões objetivas e discursivas referente a formação e qualificação profissional, tipo de instituição e nível de ensino e o território em que atuavam.

Após o preenchimento deste formulário, o participante teve a liberação do Formulário Eletrônico Sobre as Demandas Específicas de Cada Participante de acordo com sua Instituição de Atuação e seus Desafios. Esse material contou com 6 questões discursivas voltadas para atuação do participante nas escolas.

Na a Subetapa 2, ocorreu a realização de 2 rodas de conversa com 09 participantes da pesquisa (dois participantes não puderam participar dessa etapa) e a pesquisadora via *Google Meet* sobre as demandas gerais da categoria e seus desafios.

Os pontos de discussões da subetapa 2 foram previamente organizados em um Roteiro da Entrevista Semiestruturada das Demandas Gerais da Categoria e seus Desafios, sendo necessário algumas adaptações em virtude de problemas nas ferramentas escolhidas. O encontro foi gravado, e teve duração média de 1 hora e 30 minutos cada.

2.5 Análise de dados

Com o objetivo de responder ao problema e os objetivos da pesquisa, os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011). A codificação dos dados se deu em função da repetição das palavras, que quando trianguladas com os resultados observados, foram constituindo unidades de registro para então chegar-se à categorização progressiva. As categorias dizem respeito à temática a que o estudo se propôs: o modo de atuação do orientador educacional, sendo elas: Atribuições profissionais, Eixo de Atuação dos Orientadores Educacionais, Funções das Atribuições, Desafios e Organização Documental das Atividades e Quantificação das Produções Mensais.

Em posse do diagnóstico situacional, foi iniciada a Etapa 3, que consistiu em reunir e sistematizar os dados coletados e elaboração do instrumento em atenção às demandas apresentadas pelos participantes da pesquisa.

O instrumental foi pensado seguindo os critérios: 1 – Atender ao maior número de demandas frequentemente citadas pelos orientadores educacionais referente a suas ações específicas por escola e o referido público-alvo; 2 – Atender às demandas frequentemente citadas pelos orientadores educacionais quanto aos desafios enquanto categoria profissional e o referido público-alvo; 3 – Associação entre as atribuições profissionais referenciadas na literatura brasileira com as atribuições oriundas do contexto municipal.

2.6 Considerações éticas

O projeto foi apreciado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual Vale do Acaraú e autorizado sob o número 42742121.4.0000.5053, segundo todas as diretrizes e normas regulamentadoras descritas na resolução CNS 510/2016.

3 RESULTADOS

3.1 Perfil Profissional

Dos dados analisados, pode-se verificar que no grupo dos 11 orientadores educacionais há um maior percentual de qualificação na área da educação, concentrando 49,9%, sendo 14,3% com especialização, 21,4% com mestrado em andamento e 7,1% com mestrado concluído e 7,1% com especialização em andamento. Já no tocante à qualificação na área da saúde, totalizam 42,8%, sendo 28,6% com especialização, 7,1% com mestrado concluído e 7,1% com mestrado em andamento. Além desses, existem 7,1% com especialização na área Jurídica.

3.2 Atribuições Profissionais

A categoria atribuições profissionais é oriunda dos dados referentes às atividades mais citadas pelos participantes sobre suas ações cotidianas, considerando o nível de ensino da instituição, a parceria com a gestão escolar e os recursos disponíveis para execução do trabalho.

Diante dos dados coletados foi possível organizar as atividades que mais se repetiam e os componentes que estavam associados a elas, e propor no momento da roda de conversa uma análise qualitativa para validação dos participantes referentes à organização das atividades em grupos de atribuições. Essa análise ocorreu da seguinte forma: os dados organizados em tabela e apresentados para os participantes que elencaram suas considerações e puderam fazer alterações nas posições das atribuições. Eles inverteram as atribuições de planejamento e a de suporte, colocando a primeira no grupo 1 e a segunda no grupo 2 de atribuições, conforme a tabela. Importe ressaltar que três participantes não concordaram com a mudança.

Com isso, definiu-se dois conceitos para o perfil das atribuições: atribuições primárias e atribuições secundárias. As atribuições primárias foram consideradas pelos participantes como aquelas em que eles são figuras centrais para a execução da atividade (Diferencia sua ação das dos demais atores escolares). Enquanto que as secundárias são atribuições primárias de outros atores escolares, sendo o orientador educacional um apoio para a execução destas. Conforme descrito na Tabela 1.

Tabela 1 – Perfis das Atribuições Primárias e Secundárias dos orientadores educacionais.

Atribuições	Componentes das atribuições	Tipo de atribuição
Acompanhamento	Socioemocional, duplo foco, aulas	
Planejamento	Aulas, pedagógico	
Formação	Competências socioemocionais	
Elaboração	Atividades, duplo foco	
Ações coletivas	Acolhida, rodas, oficinas, círculos, grupos, palestras	Primárias
Cuidado/ mediação	Mental, diálogo, reflexão, acolhimento, escuta, acolhida, atendimento educacional, projetos, socioemocional, rodas de conversa e círculos de diálogo.	
Observação	Aulas	
Participação	Reunião, planejamento	
Suporte	Competências socioemocionais, pedagógico	Secundárias
Reunião	Núcleo gestor	

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3.3 Funções das Atribuições do Orientador Educacional

A Categoria Funções das Atribuições do Orientador Educacional refere-se ao quadro de atividades que estão direcionadas para objetivos comuns. Sendo essas atividades resultantes das ações desempenhadas, sejam elas atribuições primárias e/ou atribuições secundárias, e também do que esse profissional considera seu papel na instituição versus o que ele considera que os demais atores escolares e gestão educacional esperam deles enquanto categoria profissional.

Através dos dados analisados foi possível agrupar as atividades desempenhadas pelos orientadores educacionais em três tipos de Funções: Instrução, Inserção e Interação. O objetivo de Instrução está relacionada às atividades de orientar e desenvolver estratégias junto aos atores escolares. A Função de Inserção está relacionada às atividades consideradas novas no cenário escolar, as que envolvem promoção de saúde mental e o trabalho com competências socioemocionais. Já a Função de Interação envolve atividades referentes ao desenvolvimento de ações no tocante às relações interpessoais, promoção do diálogo e mediação escolar. Conforme descrito na Tabela 2.

Tabela 2 – Funções das Atribuições do Orientador Educacional

Atribuições	Objetivo	Função
Formação.	Capacitar.	Instrução
Alinhamento, suporte, participação.	Desenvolver estratégias junto aos atores escolares.	
Mediação.	Reduzir conflitos.	Inserção
Acompanhamento Elaboração, observação, planejamento.	Trabalhar com as Competências Socioemocionais.	
Ações de cuidado e ações coletivas.	Promover saúde mental/Criar e manter contato entre os atores escolares, criação de vínculos, espaços de convívio.	Interação

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3.4 Eixos de Atuação do Orientador Educacional

A Categoria Eixos de Atuação envolve o agrupamento das atribuições relacionando-as com público para o qual a atuação destina-se. Para tanto, foram utilizadas as atribuições descritas pelos orientadores das ações individuais (dados coletados a partir das entrevistas individuais), como também a análise documental das legislações e documentos oficiais relacionados com implementação do cargo e da atuação do orientador educacional no município no que tange às atribuições.

Além disso os eixos foram pensados pelos orientadores a partir das demandas que são coletivas e coletadas na roda de conversa. Os eixos de atuação são: 1) Suporte à gestão, 2) Suporte aos alunos e professores, 3) Suporte à comunidade escolar, 4) Suporte à rede intersetorial e de suporte e planejamento dos/entre OE, em conformidade com os eixos das diretrizes municipais do orientador educacional, as Leis de criação da profissão no Brasil, a Lei de criação da carreira de apoio a gestão escolar do Município e também das considerações dos profissionais sobre suas atuações.

3.5 Desafios

Os desafios consistem em circunstâncias apontadas pelos participantes sobre suas práticas diárias que podem desfavorecer os resultados esperados ou dificultar a execução de

intervenções. Para esta análise, inicialmente utilizamos dados sobre os desafios individuais e os desafios comuns a todos os orientadores educacionais e relacionamos com tipo de escola, vínculo com a equipe e demandas solicitadas, conforme a tabela 3 abaixo:

Tabela 3 - Desafios dos Orientadores educacionais

Falas dos participantes	Categorias de análise	Conceito norteador das categorias de análises
Sobrecarga		
Pressão		
Sem dia para planejamento	Prejuízos na qualidade quanto a demanda/desvio de função	Salienta as dificuldades enfrentadas, as quais exigem cobranças por resultados imediatos e ações equivalentes.
Resultado tem que ser rápido		
Resolve aí		
Demandas de última hora		
Não ter o mesmo nível de dedicação	Divisão em duas ou mais escolas	Salienta as dificuldades enfrentadas, as quais exigem cobranças por resultados imediatos e ações equivalentes.
Tudo que faz em uma escola, tem que fazer na outra		
Tá que nem os prazos da SEDUC		
Desenvolver o mesmo trabalho nas escolas		
Não respeitar os horários		
Comparação		
Não acredito que exista instrumento que dê conta		
Ajudar a escola		
Ajudar a comunidade		
Se sentir na obrigação	Dificuldade na gestão das atividades fora de suas atribuições	Salienta as dificuldades enfrentadas, as quais direcionam para um desvio de função
Equipes desfalcadas		
Ser do núcleo gestor, trabalhar noite e fim de semana.		

Fonte: Elaborado pelas autoras.

3.6 Organização Documental das Atividades e Quantificação das Produções Mensais

A coleta e análise de dados sobre os instrumentais que os orientadores utilizam no seu dia a dia e qual a periodicidade apresenta uma variedade de instrumentais que atendem a uma ampla gama de demandas. Também acarreta uma adaptação das atividades presenciais e uma para as atividades remotas.

Apesar dos orientadores citarem os instrumentais, muitos relatos que não os utilizam no dia a dia com frequência e que muitos deles nunca chegaram a utilizar alguns. Isso traz uma questão relacionada a como é quantificado o trabalho do orientador educacional ou se o município ainda não tem a quantificação dos dados como algo necessário na atuação do orientador. Conforme a Tabela 4.

Tabela 4 – Sistematização dos Instrumentais de Uso Diários dos Orientadores Educacionais

Período de utilização dos instrumentos	Instrumentos	Conceito norteador
Registros de atividades remotas – Março 2020 a abril 2021.	Agenda física	Explicita a forma de repasse das produções mensais dos orientadores de caráter quantitativo do trabalho remoto
	Cronograma	
	Tabela de acompanhamento e ficha de registro das aulas	
	Plano de teletrabalho	
	Repositório das CSE do IAS	
Registros de atividades presenciais – Agosto 2019 a março 2020.	Instrumental de encaminhamento	Explicita a forma de repasse das produções mensais dos orientadores de caráter quantitativo do trabalho presencial
	Solicitação de comparecimento	
	Monitoramento de aulas duplofoco	
	Ficha Registro de visita domiciliar	
	Mapa mensal de atividades	
	Ficha de planejamento dos Círculos	
	Ficha de planejamento	
Ficha de registro das atividades duplofoco		
Ficha de acolhimento		

Fonte: Elaborada pelas autoras.

4 DISCUSSÕES

Ao realizar a pesquisa sobre o perfil profissional e modos de atuação do orientador educacional na rede pública municipal de Sobral-CE, o primeiro ponto que merece destaque é sobre a formação acadêmica requerida como critério pela gestão municipal para cargo de orientador educacional, uma vez que em grande parte do território brasileiro, segundo Barbosa e Marques (2021) há um direcionamento para optar-se por pedagogos e ou outros profissionais com licenciaturas que fazem parte do grupo do magistério. Diferentemente de Sobral, que optou por Psicólogos.

A realidade do OE em Sobral se assemelha com a literatura nacional no que diz respeito aos profissionais que atuam como orientador educacional não terem, em sua maioria, cursos ou formação em orientação educacional, contrariando as determinações dispostas no Decreto-Lei nº 72.846/1973. Outro ponto de similaridade refere-se ao fato desses profissionais terem interesses em diferentes áreas de qualificação profissional, sendo o perfil profissional desses orientadores composto por conhecimento da área da saúde, jurídica, organizacional, educacional e escolar.

Corroborando, Barbosa e Marques (2021) descrevem que as atividades desenvolvidas pelos orientadores nas escolas no Brasil estão permeadas pela área de conhecimento do profissional, como por exemplo: os profissionais com formação pedagógica orientam suas práticas a compreender o desenvolvimento cognitivo do aluno, os aspectos de aprendizagem e orientação/suporte aos professores.

Porém, independentemente da formação acadêmica do profissional, nota-se que o público-alvo dos orientadores educacionais, em unanimidade, são os alunos, ora com atividades com caráter mais a favor dos interesses da instituição (reduzir situações de alunos problemas, focando no indivíduo e dissociando-o da dimensão social e familiar), ora a favor do desenvolvimento integral deste aluno.

Assim, quanto ao perfil profissional, compreende-se que o contexto educacional de inserção dos O.E em Sobral se difere do nacional por ter em sua totalidade um quadro funcional com a mesma formação acadêmica atuando nas escolas; e se aproxima por esses profissionais possuem, na maioria, qualificações profissionais diversas, atribuições direcionadas para os seus contextos individuais e a interesse da gestão municipal, visto que em grande parte do País, ao longo dos anos, ter ou não esse cargo e qual profissional o ocuparia e o que este faria, ficava e fica a critério da gestão municipal (BARBOSA; MARQUES, 2021).

Andrade, Bueno e Santos (2020) apontam para uma distorção quanto a verdadeira função do orientador educacional dentro do ambiente escolar, principalmente, quando este profissional adota o entendimento de que sua função é apontar soluções para todas as demandas que envolvam os discentes. De acordo com a tabela 3, isso se confirma no contexto de Sobral, uma vez que há uma ampla atuação dos orientadores referenciadas nas normativas municipais e também na tabela 4, quando apontam como desafio o desvio de função por demandas que não são do orientador.

Em Sobral, apesar dos profissionais possuírem uma formação básica similar, isso não os orientam para uma prática comum, excetuando as de competências socioemocionais e as de mediação escolar. Esse cenário pode ser favorável para uma ampliação da importância desse profissional nas instituições, podendo servir a diferentes objetivos do contexto educacional, mas também pode trazer impasses sobre o perfil profissional característico do orientador educacional e seus modos de atuação.

Nos dados analisados já observamos no contexto de Sobral, características do contexto nacional quando os participantes apontam que cada escola tem a sua lógica de trabalho, que o trabalho do orientador depende da vinculação com o núcleo gestor para que esse profissional tenha reconhecimento e suas atribuições primárias sejam efetivadas.

Acrescenta-se outra discussão às atribuições e sua correlação com o perfil profissional: no tocante à localização das instituições (sede ou distrito) e entre tipos de territórios. Segundo os participantes, há territórios com características específicas, como por exemplo a presença de facções criminosas, como também há as questões relacionadas aos deslocamentos e as condições de trabalho nas escolas dos distritos. Sendo esta última questão considerada como o principal desafio pelos orientadores educacionais.

Em relação às atribuições elencadas pelos orientadores educacionais como primárias, nota-se que as atribuições mais evidenciadas são as de acompanhamento e planejamento. Essas duas atribuições assemelham-se com as atribuições pedagógicas descritas por Barbosa e Marques (2021), onde há um foco no aprendizado de conteúdos acadêmicos e outras atribuições pedagógicas formais. Quando às funções das atribuições primárias, em específico das mais citadas pelos participantes: acompanhamento, planejamento, cuidado/mediação, elas estão centralizadas nas funções de inserção e de interação, o que demonstra que, a princípio, o trabalho do orientador educacional consiste em construir uma nova cultura no ambiente escolar e inserir os atores escolares nesse processo também.

Após observar e agrupar os dados sobre as atribuições, caracterizando-as em termos de tipo, funções e público-alvo, fora possível relacionar esses dados com os efeitos das atividades dos orientadores por atribuições e público-alvo. Quatro tipos de efeitos foram descritos pelos orientadores acerca da execução de suas atividades, sendo eles: 1) Apropriação de novas metodologias das CSE; 2) Melhor clima escolar e relações interpessoais; 3) Desenvolvimento integral do aluno; 4) Ser referência. Conforme descrito na Tabela 5.

Com a análise dos dados, podemos observar relações entre as atribuições descritas pelos orientadores e as demais atribuições em termos legais, relacionando e criando sugestões de indicadores de efeitos que contemplem a realidade dos O.E de acordo no trabalho desenvolvido pelos orientadores com base nas atribuições primárias e secundárias.

Tabela 5 - Indicadores de efeitos

Atribuição	Objetivos das atribuições	Público alvo	Efeitos descritos pelos O.E	Sugestão de Indicador de efeito/medida
Formação	Capacitar	Docentes	Apropriação de novas metodologias das CSE	Aumento do número de docentes qualificados na promoção das competências socioemocionais (CSE)/Aumento da frequência de atividades pedagógicas direcionadas à promoção das CSE
Mediação; Ações de cuidado, ações coletivas	Promover saúde mental	Comunidade escolar	Melhor clima escolar e relações interpessoais	Redução de conflitos relatados junto a gestão/Aumento da frequência de atividades colaborativas entre professores/Aumento da procura espontânea da gestão (por parte dos estudantes e/ou professores) /aumento das atividades colaborativas entre gestores

Continua

Conclusão

Atribuição	Objetivos das atribuições	Público alvo	Efeitos descritos pelos O.E	Sugestão de Indicador de efeito/medida
Acompanhamento, Elaboração, observação, planejamento	Trabalhar as competências socioemocionais	Orientador educacional	Ser referência	Redução da frequência das ações urgência/Maior tempo dedicado aos aspectos pessoais e socioemocionais do aluno, tal como previsto no plano de aula.
Reuniões, suporte, participação	Desenvolver estratégias junto aos atores escolares	Sem público-alvo específico	Ser referência	Redução das demandas dissociadas das atribuições primárias

Fonte: Elaborado pelas autoras

Essa estruturação poderá ajudar os orientadores a criarem seus próprios instrumentos para acompanhar a evolução das suas atividades dentro do contexto escolar, que é específico de cada um. Apresentamos uma tabela que orienta esse profissional, mas não limita seu potencial de criação. É importante saber como avaliar o trabalho, pois isso permite mudanças e também compartilhamento de práticas que são mais aplicáveis a determinado contexto.

5 CONSIDERAÇÕES

O trabalho do orientador educacional no contexto educacional sobralense ainda está em processo de construção, se moldando conforme as demandas e ajustando as atribuições em função disso. Esse fato foi considerado quando nos propomos estudar o perfil profissional e os modos de atuação desse profissional, principalmente por desconhecer parâmetros nacionais que trouxessem diretrizes sobre o fazer do orientador com formação em Psicologia e que atuasse frente a eixos tão específicos da realidade sobralense.

Desse modo, acreditamos que quando falamos em orientador educacional no contexto local em estudo, estamos nos referindo àquele profissional que vem se tornando referência na formação do corpo escolar para o desenvolvimento das competências socioemocionais e também para a mediação das relações escolares. É o profissional que

dialoga com todos os atores escolares e promove na escola espaços coletivos de compartilhamento de saber e sentimentos. Além disso, ele é a ponte entre outros serviços ofertados pelo município e que tem como atuação o ambiente escolar, como por exemplo as ações do Programa de Saúde na Escola, as Parcerias com Universidades Federais e Estaduais, articulações com as Unidades de Gerenciamentos de Projetos (UGP), o Projeto Eu Posso Te Ouvir, Ações da UNICEF (Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância).

Os orientadores são as portas de entrada para as formações ofertadas pelos parceiros da Secretária de Educação de Sobral, sendo assim os multiplicadores de conhecimentos e os responsáveis junto ao núcleo gestor pela implementação e acompanhamento de novas metodologias no cotidiano escolar.

Entretanto por esses profissionais trazerem um campo novo de atuação para as escolas, enfrentam resistências e desafios em suas jornadas uma vez que não haviam caminhos já traçados ou formas de fazer. Todo o processo vem sendo construído pelos profissionais referidos. Além disso, apesar de terem a mesma formação acadêmica e passarem pelas mesmas qualificações, esses profissionais atuam em territórios diversos, que exige do profissional um manejo e adaptação constante à realidade vivenciada. Nem sempre essas adaptações são repassadas nas formações às quais o orientador deve estar presente.

Assim, acreditamos que ainda há muito a ser explorado no que tange às atribuições e criação de indicadores de efeitos, assim como estratégias que busquem superar os obstáculos identificados pelos orientadores, os quais essa pesquisa buscou sistematizar e visualizar possibilidades. Contudo, a maioria das demandas de entrave para o desenvolvimento do trabalho dos orientadores parte de decisões e estruturas que cabem a gestão municipal, como a reestruturação das atribuições, visto que as atuais estão relacionadas ao ambiente remoto e o ajustes destas para escolas situadas em zona urbana e nas de zona rural.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: **Edições** 70. (2011).

BARBOSA, Hiara da Silva Santos; MARQUES, Natália Santos. Histórico, perfil e modo de atuação do orientador educacional no Brasil. (Em processo de publicação)

BRASIL. **Lei n. 5.564, de 21 de dezembro de 1968**. Provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5564.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Lei de n. 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 72.846, de 26 de setembro de 1973**. Regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.397, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

CANDATEN, Rosemari Zanon; DA SILVA, Melissa Cross Bier. A mediação do orientador educacional na parceria família/escola. **Revista Missioneira** v.19, n. 1, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v19i1.2356>. Acesso em 24 ago. 2020.

DAVID, Ricardo Santos. O orientador educacional e a escola: a criação de espaços de participação social e exercício da cidadania [The educational advisor and the school: the creation of spaces for social participation and the exercise of citizenship]. **Revista Labor**. v.1, n. 18, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i18.18801>. Acesso em: 24 ago. 2020.

LORENZET, D.; ZITKOSKI, J. J. Contribuições pedagógicas em institutos federais: o supervisor escolar, o orientador e o pedagogo técnico-administrativo. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, set/dez. 2017. Disponível em: Acesso em: 15 de out. 2021.

LUCK, Heloísa. **Planejamento em Orientação Escolar**. 23.ed.. **Vozes.**, Petrópolis. 2017.

OLIVEIRA, Eny da Luz Lacerda; ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano De. Criatividade e escola: limites e possibilidades segundo gestores escolares e orientadores educacionais.

OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach; TOMAZETTI, Elisete M. A autoridade no processo educacional: os orientadores educacionais como mediadores das relações de poder. **Revista Educação**. v.30, n. 1, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/19846444>. Acesso em: 24 ago. 2019.

PASCOAL. Miriam; HONORATO, Eliane Costa; DE ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida. O orientador educacional no Brasil [The educational counselor in Brasil]. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, jun. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982008000100006>. Acesso em: 24 ago. 2020.

SANTOS, Joelma Costa Holanda dos; ANDRADE, Fábio Santos de; BUENO, José Lucas Pedreira. A prática do pedagogo orientador: desafios e transformações no cotidiano escolar. **Interfaces Científicas**, Aracaju, v.8, n.3. 2020. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/6718/4408>. Acesso em: 15 de out, 2021.

SOBRAL. **Lei n. 1704, de 19 de dezembro de 2017**. Provê sobre a criação da carreira de apoio a gestão escolar. Sobral, CE: Câmara Municipal de Sobral. 2017. Disponível em: <http://transparencia.sobral.ce.gov.br/arquivo/nome:8c45a94d90e082b05629ea6185e24b1a.pdf>

.

.

ANEXO A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL E MODOS DE ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE SOBRAL: SISTEMATIZAÇÃO VIA INSTRUMENTAIS DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTOS E REGISTROS DIÁRIOS.

Prezado(a) colaborador(a),

Você está sendo convidado pela mestrandia Hiara da Silva Santos Barbosa a participar da pesquisa intitulada "**CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL E MODOS DE ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE SOBRAL: SISTEMATIZAÇÃO VIA INSTRUMENTAIS DE PLANEJAMENTO, ACOMPANHAMENTOS E REGISTROS DIÁRIOS.**" que tem como objetivo conhecer o perfil e modo de atuação dos orientadores educacionais de Sobral- CE, traçar os principais desafios enfrentadas por esses profissionais e desenvolver instrumentais em atenção a essas demandas. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

1. PARTICIPANTES DA PESQUISA: orientadores educacionais da rede pública municipal de ensino de Sobral. Os pesquisadores buscarão os orientadores vinculados a Secretária Municipal de Educação (SEDUC). Nesta ocasião, os profissionais serão contatados e informados sobre o objetivo e a importância da pesquisa. Feitos os devidos esclarecimentos, será realizado o convite para participação na investigação. Participarão da pesquisa somente os voluntários que concordarem com o convite para colaborar e ratificarem essa concordância por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

2. ENVOLVIMENTO NA PESQUISA: ao se engajar neste estudo, o participante responderá a uma entrevista individual semiestruturada, que abordará questões relacionadas os modos de atuação e desafios da atuação do orientador educacional nas escolas. As entrevistas serão realizadas em 1 encontro, com duração média de aproximadamente 60 minutos e seu conteúdo será gravado em áudio. O participante também deverá responder ao questionário sobre seu perfil profissional, que em média levará 10 minutos e a ficha “mapa mensal” com as ações realizadas durante um mês pelo orientador educacional. Você tem a liberdade de se recusar a participar e pode ainda interromper sua participação em qualquer momento da pesquisa, sem nenhum prejuízo. Sempre que quiser, você poderá pedir mais

informações sobre a pesquisa. Para isso, poderá entrar em contato com responsável da pesquisa.

3. RISCOS E DESCONFORTOS: Os procedimentos da pesquisa obedecem às normas estabelecidas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e não oferecem riscos à integridade física, psíquica e moral dos participantes, assim como não oferecem riscos à sua dignidade. Desta forma, a participação nesta pesquisa não traz complicações; talvez, apenas, algum constrangimento que algumas pessoas sentem quando estão fornecendo informações sobre si mesmas. Para enfrentar esse constrangimento, os entrevistadores realizarão a coleta de dados em espaços que garantam a privacidade dos participantes. Além disso, os pesquisadores utilizarão técnicas de contato interpessoal que possibilitarão a criação de um clima de confiança, empatia e aceitação que permitirá aos sujeitos se expressarem tão livremente quanto possível. Também será informado que as respostas não serão avaliadas como certas ou erradas e, por isso, os participantes poderão se sentir à vontade para expressar suas opiniões.

4. CONFIDENCIALIDADE DA PESQUISA: Todas as informações coletadas neste estudo e referentes à identificação dos participantes neste estudo são estritamente confidenciais. Apenas os membros do grupo de pesquisa terão conhecimento das respostas e seu nome não será usado em nenhum momento. Todos os dados serão analisados em conjunto, garantindo o caráter anônimo das informações. Os resultados poderão ser utilizados em eventos e publicações científicas.

5. BENEFÍCIOS: Os participantes do estudo não terão nenhum benefício direto. Os resultados obtidos pela investigação, contudo, podem auxiliar na construção de formas procedimentais e instrumentais de sistematização do trabalho do orientador educacional.

6. PAGAMENTO: Você não terá nenhum tipo de despesa por participar desta pesquisa. E nada será pago por sua participação. Entretanto, se você desejar, poderá ter acesso às cópias dos relatórios da pesquisa contendo os resultados do estudo.

CONSENTIMENTO COMO PARTICIPANTE: Tendo compreendido perfeitamente tudo o que me foi informado sobre a minha participação no mencionado estudo e estando consciente dos meus direitos, das minhas responsabilidades, dos riscos e dos benefícios que a minha participação implica, concordo em participar e para isso eu DOU O MEU CONSENTIMENTO SEM QUE PARA ISSO EU TENHA SIDO FORÇADO OU OBRIGADO.

ENDEREÇO DO RESPONSÁVEL PELA PESQUISA:

Hiara da Silva Santos Barbosa

Instituição: Universidade Federal do Ceará, Campus Sobral, Discente do Mestrado em Psicologia e Políticas Públicas.

Endereço: **Rua Coronel Estanislau Frota, 563 – Centro – CEP 62010-560 – Sobral – CE – Campus Sobral – Mucambinho Telefone para contato: (88) 3613 1663**

ATENÇÃO: Se você tiver alguma consideração ou dúvida, sobre a sua participação na pesquisa, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da UVA: Av. Comandante Maurocélvio Rocha Pontes, 150 - Derby Club, Fone: (88) 3677-4255. Horário: 08:00-12:00 horas de segunda a sexta-feira. O CEP/UVA é a instância da Universidade Estadual Vale do Acaraú responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos.

Eu, _____, _____ anos,

RG: _____, declaro que é de livre e espontânea vontade que estou como participante de uma pesquisa. Declaro também que li cuidadosamente este Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e que, após sua leitura, tive a oportunidade de fazer perguntas sobre o seu conteúdo, como também sobre a pesquisa, e recebi explicações que responderam por completo minhas dúvidas. E declaro, ainda, estar recebendo uma via assinada deste termo.

Sobral, ____/____/____

Assinatura do participante

Data

Nome pesquisador

Assinatura do pesquisador

Data

Nome do profissional que aplicou o TCLE

Assinatura do profissional que aplicou o TCLE

ANEXO B – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Caracterização do perfil e modos de atuação do orientador educacional na rede pública de ensino de Sobral: sistematização via instrumentais de planejamento, acompanhamento e registros diários.

Pesquisador: HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 45742121.4.0000.5053

Instituição Proponente: Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 4.692.831

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa com os orientadores educacionais da rede pública municipal de Sobral (n=12) que se disponham, voluntariamente, a participar da pesquisa. A disponibilidade dos participantes será ratificada por meio da assinatura de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). O objetivo primário da investigação será conhecer o perfil e modo de atuação dos orientadores educacionais de SobralCE, traçar os principais desafios enfrentados por esses profissionais e desenvolver instrumentos em atenção a essas demandas. A coleta de dados ocorrerá via aplicação de Formulários Google e preenchimento de instrumental desenvolvido pela pesquisadora. A análise dos dados, consistirá na análise estatística e análise de conteúdo. Os resultados obtidos podem ajudar na sistematização das demandas e rotinas dos orientadores educacionais, e auxiliar na elaboração de instrumentos de uso desses profissionais.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Principal:

O objetivo deste estudo será conhecer o perfil e modo de atuação dos orientadores educacionais de Sobral- CE, traçar os principais desafios enfrentados por esses profissionais e desenvolver instrumentos em atenção a essas demandas.

Objetivo Secundário:

Identificar as características que compõem o perfil do profissional de orientação educacional, tais como: formação e qualificação profissional, tipo de instituição e território em que atuam; Identificar os modos de atuação desse profissional, como: público-alvo e atribuições; Criar instrumentos de sistematização das práticas dos orientadores educacionais; Realizar validação desses instrumentos pelos profissionais de orientação educacional.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Os procedimentos da pesquisa obedecem às normas estabelecidas pela Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde e não oferecem riscos à integridade física, psíquica e moral dos participantes, assim como não oferecem riscos à sua dignidade. Desta forma, a participação nesta pesquisa não traz complicações; talvez, apenas, algum constrangimento que algumas pessoas sentem quando estão fornecendo informações sobre si mesmas. Para enfrentar esse constrangimento, a pesquisadora solicitará que, no dia da entrevista, os participantes estejam em um espaço que garanta a sua privacidade. Também será informado que as respostas não serão avaliadas como certas ou erradas e, por isso, os participantes poderão se sentir à vontade para expressar suas opiniões.

Benefícios:

Os participantes do estudo não terão nenhum benefício direto. Contudo, os resultados obtidos pela investigação podem auxiliar na construção de procedimentos e instrumentais de sistematização do seu trabalho enquanto orientadores educacionais, consistindo em um possível benefício indireto.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa relevante e objetiva podendo auxiliar na construção de procedimentos e instrumentos de sistematização do trabalho dos orientadores educacionais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Adequados

Recomendações:

Não se aplica

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não se aplica

Considerações Finais a critério do CEP:

Sem ressalvas. Continuação do Parecer: 4.692.831

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB INFORMACOES_BASICAS_DO_PROJETO_1687017.pdf	18/04/2021 21:14:04		Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	18/04/2021 21:11:13	HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	Solicitacao.pdf	18/04/2021 21:10:13	HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	18/04/2021 21:02:34	HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	18/04/2021 20:59:48	HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termodeconsentimento.pdf	30/01/2021 23:19:20	HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA	Aceito
Declaração de concordância	Declaracaodeconcordancia.pdf	09/01/2021 17:39:05	HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA	Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	CARTADEANUENCIA.pdf	09/01/2021 17:37:57	HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA	Aceito
Orçamento	Orcamento.pdf	09/01/2021 16:55:33	HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA	Aceito
Declaração de Pesquisadores	Declaracaodospesquisadores.pdf	09/01/2021 16:54:17	HIARA DA SILVA SANTOS BARBOSA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

SOBRAL, 05 de Maio

de 2021

Assinado por:

**Luiz Vieira da
Silva Neto
(Coordenador(a))**

**ANEXO C - ROTEIRO DO FORMULÁRIO E DA ENTREVISTA
SEMIESTRUTURADA**

PERGUNTAS DA CATEGORIA PERFIL PROFISSIONAL DO FORMULÁRIO ELETRÔNICO

Subcategoria: formação e qualificação profissional

- 1) Qual a sua formação acadêmica, instituição e ano de graduação;
- 2) Especifique sua qualificação profissional: () Especialização, () Mestrado, () Doutorado. Outros: _____
- 3) Qual a área da sua qualificação profissional: () saúde, () educação, () jurídica, () trânsito. () outra. Em caso de outra, especifique: _____
- 4) Data que assumiu o concurso: ____ / ____ / _____
- 5) Em qual escola você atua?
- 6) Qual o nível de ensino dessas unidades escolares? () Somente escola especialista de tempo integral, () Somente escola especialista de tempo regular, () Somente escolas mista, () Escola mista e especialista de tempo integral, () Escola mista e especialista de tempo regular.
- 7) As escolas em que você atua, ficam em qual zona da cidade? () ambas no distrito, () ambas na sede, () distrito e sede.

PERGUNTAS DA CATEGORIA MODOS DE ATUAÇÃO DA ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

Subcategoria: Público-alvo

- 1) Suas ações, normalmente, são direcionadas para qual público?

Subcategoria: Atribuições

- 1) Quais as suas funções no ambiente escolar?
- 2) Quais ações que você realiza na escola, você acredita ser mais específicas do orientador educacional?
- 3) Qual ação você mais desempenha enquanto orientador educacional? Para qual público-alvo ela se direciona?
- 4) Descreva o principal desafio que enfrenta atualmente?
- 5) Como suas ações têm modificado e/ou contribuído com o ambiente escolar e seus atores?
- 6) Como você costuma sistematizar suas atividades diárias? Utiliza instrumentais? Se sim, quais?

ANEXO D – ARTIGO HISTÓRICO, PERFIL E MODO DE ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NO BRASIL.

HISTÓRICO, PERFIL E MODO DE ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NO BRASIL.

HISTORY, PROFILE AND PROFESSIONAL PRACTICE OF THE EDUCATIONAL ADVISOR IN BRAZIL

HISTORIA, PERFIL Y MODO DE ACTUACIÓN DEL ASESOR EDUCATIVO EN BRASIL

RESUMO

O presente artigo apresenta um levantamento bibliográfico referente à profissão de orientador educacional no Brasil, de modo a traçar o perfil desse profissional tendo por base os percursos históricos de seu estabelecimento no país, sua formação acadêmica e atribuições mais recorrentemente citadas na literatura. Com base nessas informações, foram discutidos os principais desafios enfrentados pelo orientador educacional no Brasil. Para o levantamento bibliográfico, utilizamos a Plataforma Capes e as palavras-chave “Orientador Educacional” e “Orientação Educacional” na busca simples de arquivos publicados até o período de 18 de fevereiro de 2020. Os critérios de inclusão da pesquisa foram: a) artigos publicados na íntegra; b) textos publicados em português, inglês ou espanhol. Os critérios de exclusão foram: a) artigos que não se referiam ao contexto educacional brasileiro; b) textos que apresentassem o termo “Orientador Educacional” e/ou “Orientação Educacional” genericamente, sem relação com a profissão ou atividades relacionadas à profissão de orientador educacional. Dentre os principais resultados, observou-se que, historicamente, a profissão de orientador educacional passou por diversos estágios de consolidação no Brasil, tanto do ponto de vista legal quanto no que diz respeito ao seu papel nas instituições de ensino. No tocante ao perfil profissional, a maioria dos estudos indicam orientadores educacionais vinculados a instituições públicas de ensino, nas diversas regiões do Brasil. Em relação ao seu modo de atuação, encontramos uma variedade de atividades que incluem atribuições pedagógicas, administrativas, de orientação profissional, disciplinares e outras, sendo o público-alvo, prioritariamente, os estudantes.

Palavras-chave: Orientador educacional. Orientação educacional. Educação. Brasil.

ABSTRACT

This article presents a bibliographical survey regarding the profession of educational advisor in Brazil, in order to outline the profile of this professional based on the historical trajectories of his establishment in the country, his academic background and the assignments most frequently cited in the literature. Based on this information, the main challenges faced by the educational advisor in Brazil were discussed. For the bibliographic survey, we used the Capes Platform and the keywords “Educational Guidance” and “Educational Guidance” in the simple search for files published until the period of February 18, 2020. The research inclusion criteria were: a) articles published in full; b) texts published in Portuguese, English or Spanish. The exclusion criteria were: a) articles that did not refer to the Brazilian educational context; b) texts that presented the term “Educational Advisor” and / or “Educational Guidance” generically, without relation to the profession or activities related to the profession of educational advisor. Among the main results, it was observed that, historically, the profession of educational advisor has undergone several stages of consolidation in Brazil, both from the legal point of view and with regard to its role in educational institutions. Regarding the professional profile, most studies indicate educational advisors linked to public educational institutions, in the different regions of Brazil. In relation to their mode of action, we find a variety of activities that include pedagogical, administrative, professional guidance, disciplinary and other assignments, with the target audience being primarily students.

Keywords: Educational advisor. Educational orientation. Education. Brazil.

RESÚMEN

Este artículo presenta un relevamiento bibliográfico sobre la profesión de asesor educativo en Brasil, con el fin de delinear el perfil de este profesional a partir de las trayectorias históricas de su establecimiento en el país, su formación académica y las tareas más citadas en la literatura. Con base en esta información, se discutieron los principales desafíos que enfrenta el asesor educativo en Brasil. Para la encuesta bibliográfica se utilizó la Plataforma Capes y las palabras clave "Orientación Educativa" y "Orientación Educativa" en la búsqueda simple de

archivos publicados hasta el período del 18 de febrero de 2020. Los criterios de inclusión de la investigación fueron: a) artículos publicado en su totalidad; b) Textos publicados en portugués, inglés o español. Los criterios de exclusión fueron: a) artículos que no se refirieran al contexto educativo brasileño; b) Textos que presentan el término “Asesor Educativo” y “Orientación Educativa” de manera genérica, sin relación con la profesión o actividades relacionadas con la profesión de asesor educativo. Entre los principales resultados, se observó que, históricamente, la profesión de asesor educativo ha pasado por varias etapas de consolidación en Brasil, tanto desde el punto de vista legal como en lo que respecta a su rol en las instituciones educativas. En cuanto al perfil profesional, la mayoría de los estudios señalan asesores educativos vinculados a instituciones educativas públicas, en las diferentes regiones de Brasil. En relación a su modo de actuación, encontramos una variedad de actividades que incluyen tareas pedagógicas, administrativas, de orientación profesional, disciplinarias y de otro tipo, siendo el público objetivo principalmente los estudiantes.

Palabras clave: asesor educativo; orientación educativa, educación, Brasil.

1 INTRODUÇÃO

Por volta do final do século XIX e início do Século XX, a prática de orientação educacional surgiu nos Estados Unidos da América (EUA) com a finalidade de orientar estudantes em sua escolha profissional. Já no Brasil, os movimentos iniciais da orientação educacional irromperam por volta da década de 30, basiliados no modelo norte-americano, que consistia em ofertar o serviço de orientação educacional com o objetivo de preparar os jovens estudantes para o mercado de trabalho (PIMENTA, 1998). Naquela época, aqui no Brasil, atravessávamos a Era Vargas e o crescimento econômico advindo da aliança entre Brasil e EUA durante a segunda guerra mundial, o que a partir da década de 40 ocasionou ampliação da necessidade por trabalhadores, e, com isso, da orientação educacional nas escolas industriais da rede pública de ensino com direcionamento para a profissionalização (GRINSPUN, 1983). Nesse período, existia a prática de orientação educacional, mas não existia a profissão de orientador educacional e nem documentos oficiais que fizessem alusão à orientação educacional, ou seja, a orientação educacional primeiro se configurou e ganhou espaço enquanto prática de diversos profissionais dentro do ambiente escolar, por esse motivo não se apresentava como algo notório de registro ou que desse visibilidade a um

profissional por desempenhá-la. Era mais uma prática cotidiana, sem referências de como deveria ser executada.

A expressão orientação educacional só apareceu oficialmente no Brasil via Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942 (Lei Orgânica do Ensino Industrial), Capítulo XIII da orientação educacional, que trazia nos art. 50, 51 e 52 as primeiras noções sobre o perfil da orientação educacional no contexto educacional brasileiro:

Art. 50. Instituir-se-á, em cada escola industrial ou escola técnica, a orientação educacional, que busque, mediante a aplicação de processos pedagógicos adequados, e em face da personalidade de cada aluno, e de seus problemas, não só a necessária correção e encaminhamento, mas ainda a elevação das qualidades morais. Art. 50. Instituir-se-á em cada escola industrial ou escola técnica a orientação educacional, mediante a aplicação de processos adequados, pelos quais se obtenham a conveniente adaptação profissional e social e se habilitem os alunos para a solução dos próprios problemas. Art. 51. Incumbe também à orientação educacional, nas escolas industriais e escolas técnicas, promover, com o auxílio da direção escolar, a organização e o desenvolvimento, entre os alunos, de instituições escolares, tais como as cooperativas, as revistas e jornais, os clubes ou grêmios, criando, na vida dessas instituições, num regime de autonomia, as condições favoráveis à educação social dos escolares. Art. 52. Cabe ainda à orientação educacional velar no sentido de que o estudo e o descanso dos alunos decorram em termos da maior conveniência pedagógica. (DECRETO-LEI nº 8.680, de 1946).

Por meio desse decreto foi instituída a orientação educacional nas escolas industriais e técnicas, bem como formalização das atividades que circunscreveriam essa prática, caracterizando-as em atividades que: promovessem auxílio à direção escolar, como, por exemplo de apoio nas reuniões de pais e mestres, comunicados e planejamento de ações; engajassem os alunos na organização e desenvolvimento de cooperativas, revistas, jornais, clubes e grêmios; Ações que fomentassem a autonomia e condições favoráveis à educação social dos escolares. Com isso, oficialmente a prática de orientação educacional assume também uma função social nas escolas industriais e técnicas, pois, nesse ponto, apesar de haver centralização em questões individuais dos alunos com principal demanda da orientação educacional, começa a emergir intervenções direcionadas para a interação dos discentes com todos os cenários e atores escolares, desenvolvimento dentro do ambiente escolar no tocante às iniciativas sociais e colaborativas.

Em sequência, a prática de orientação educacional foi instituída no Ensino Secundário (Decreto-Lei nº4.244/1942), que compreende ao que hoje é intitulado de Ensino Médio; no Ensino Comercial (Decreto nº 6.141/1943), que é um ramo do Ensino Secundário, entretanto, com o objetivo de formar profissionais aptos ao exercício de atividades específicas no comércio e como também de funções auxiliares de caráter administrativo nos negócios públicos e privados. Esse tipo de ensino é o que chamamos hoje de ensino profissionalizante; e no Ensino Agrícola (Decreto-Lei nº 9.693/1946), sendo que este se refere ao ensino regular de disciplinas curriculares como, por exemplo, matemática e português, mas também ensinamento sobre economia rural, tecnologias, o trabalhar com a terra, com as plantas, animais, entre outros. Destes, destacamos no Decreto-Lei 4.244/42 (artigos 81 e 82) por ser a primeiro registro legal sobre especificações das funções da orientação educacional e a incrementação de atividades direcionadas a outros atores escolares, conforme descrito abaixo:

Art. 81. É função da orientação educacional, mediante as necessárias observações, cooperar no sentido de que cada aluno se encaminhe convenientemente nos estudos e na escolha da sua profissão, ministrando-lhe esclarecimentos e conselhos, sempre em entendimento com a sua família. Art. 82. Cabe ainda à orientação educacional cooperar com os professores no sentido da boa execução, por parte dos alunos, dos trabalhos escolares, buscar imprimir segurança e atividade aos trabalhos complementares e velar para que o estudo, a recreação e o descanso dos alunos decorram em condições da maior conveniência pedagógica. (DECRETO nº 4.244, de 1942).

Conforme expresso no art. 81 e 82, observamos que ainda há uma anulação da autonomia dos alunos sobre suas decisões referente aos seus estudos e sua escolha profissional, principalmente quando as leis fazem um direcionamento destas para as práticas escolar de acordo com o almejado pelas famílias, o que mais se assemelha a uma resposta da demanda familiar e institucional do que a promoção de autonomia no discente. Assim, o papel dado ao profissional de orientação educacional, antes centralizado em situações problemas dos alunos, agora chama outros atores escolares para participar das decisões referentes aos discentes, passando a dialogar com a família e professores, apesar de ainda tratar de questões individuais dos alunos.

Três anos após a institucionalização da prática de orientação educacional no Ensino Secundário, foi criado o primeiro curso superior de orientação educacional no Brasil,

ofertado pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas-SP (PIMENTA,1998). Nesse período, a orientação educacional, além de uma prática, passou a ser qualificação profissional de nível superior. Com isso, surgiu a necessidade de traçar e regulamentar o perfil profissional dos atores que desempenhavam as práticas de orientações educacionais nas escolas.

Nesse contexto, o Ministério da Educação e Cultura pela portaria nº 105, de março de 1958, regulamentou provisoriamente o exercício da função e o registro de orientador educacional (oe) no Brasil. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961 (artigos 62, 63 e 64) trouxe especificações sobre a formação necessária ao exercício profissional orientador educacional. Os cursos de formação eram ofertados pelas faculdades de filosofia, para a formação de orientadores educacionais do ensino médio, aos licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, e por cursos especiais aos licenciados em educação física, inspetores de ensino médio (que tivessem no mínimo três anos no magistério) e aos orientadores de educação do Ensino Primário nos institutos que tivessem no mínimo três anos no magistério primário (LEI nº 4.024, 1961).

Art 1º A Orientação Educacional se destina a assistir ao educando, individualmente ou em grupo, no âmbito das escolas e sistemas escolares de nível médio e primário, visando o desenvolvimento integral e harmonioso de sua personalidade, ordenando e integrando os elementos que exercem influência em sua formação e preparando-os para o exercício das opções básicas. Art 2º A orientação educacional será atribuição exclusiva dos profissionais de que trata a presente lei. Art 3º A formação de orientador educacional obedecerá ao disposto nos arts.62, 63 e 63 da lei nº 4024 de 20 de dezembro de 1961 e aos outros diplomas legais vigentes. Art 4º os diplomas de orientador educacional serão registrados em órgãos próprios do Ministério da Educação e Cultura.

A regulamentação provisória do exercício da função e o registro de orientador educacional tem como seus grandes destaques um deslocamento do destaque antes dado a prática de orientação educacional para enfim ao profissional de orientação, tido agora como sendo o orientador educacional e como especificações da sua formação acadêmica e/ou qualificações e especificações das suas funções. Apesar da formação profissional do orientador educacional contar com um amplo número de profissionais de diferentes áreas, já foi possível delimitar a esse profissional à orientação educacional como prática exclusiva deste, assim assumindo um lugar específico dentro das instituições de ensino.

Contudo, a profissão de orientador educacional só foi oficialmente criada em 1968, trazendo especificações sobre as atividades, formação acadêmica e inserção da orientação educacional como prática exclusiva deste profissional com ações voltadas para o aconselhamento vocacional. As atribuições dos orientadores educacional, ainda que não exemplificadas com esta nomenclatura de atribuições, já apontavam para ações direcionadas para a assistência ao educando de modo individual e/ou em grupo nas escolas e sistemas escolares no nível médio e primário com intuito de promover o desenvolvimento integral e harmonioso da personalidade do educando. Ou seja, oferecer condições para o desenvolvimento cognitivo e emocional do discente, prezando por vê-lo em sua totalidade e como ser que precisa de suporte para desenvolver suas habilidades e potencialidades para a vida adulta. Entretanto, de acordo com alguns autores, as atribuições privativas dos orientadores apresentavam foco expressivo no aluno e eram alheias às questões sociais, como a desigualdade social, racismo, preconceito, e incorporação de outros atores escolares nas suas ações, apesar, de contar com uma aproximação de pais e professores, essas ações ainda não eram pensadas para esses públicos, e sim solicitados para tratar de questões individuais dos alunos. (PASCOAL, HONORATO, DE ALBUQUERQUE, 2008; CANDATEN, DA SILVA, 2017; DAVID, 2017).

Os termos dispostos na Lei nº 5.564 foram regulamentados pelo Decreto nº 72.846/73, que especificou as atividades privativas da profissão de orientador educacional. Adicionalmente, o Decreto delimitou o exercício dessa profissão aos licenciados em Pedagogia com habilitação em orientação educacional, aos portadores de diploma de pós-graduação em orientação educacional (ofertado por estabelecimentos oficiais e devidamente credenciados pelo Conselho Federal de Educação), aos diplomados em orientação educacional por escolas estrangeiras (com diplomas devidamente revalidados no Brasil) e aos graduados nos cursos de orientação educacional que tivessem ingressado nestes antes da vigência da Lei de Diretrizes e Bases de nº 5692/71.

Além disso, o Decreto-Lei apresentou as atribuições privativas do cargo de orientador educacional, fato esse de suma importância para pensarmos sobre os modos de atuação em termos legais e o espaço que esse profissional passaria a ocupar no ambiente escolar. São descritas como atribuições privativas do orientador educacional:

- a) planejar e coordenar a implantação e o funcionamento do Serviço de orientação educacional em nível de escola e comunidade;
- b) planejar e coordenar a implantação e funcionamento do Serviço de Orientação

Educacional dos órgãos do Serviço público Federal, Municipal e Autárquico das Sociedades de economia mista, Empresas Estatais, paraestatais e Privadas; c) coordenar a orientação vocacional do educando, incorporando-o ao processo educativo global; d) coordenar o processo de sondagem de interesses, aptidões e habilidades do educando; e) coordenar o processo de informação educacional e profissional com vista à orientação vocacional; f) sistematizar o processo de intercâmbio das informações necessárias ao conhecimento global do educando; g) sistematizar o processo de acompanhamento dos alunos, encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial; h) coordenar o acompanhamento do pós-escolar; i) ministrar disciplinas de Teoria e Prática da orientação educacional, satisfeitas as exigências da legislação específica do ensino; J) supervisionar estágios da área da orientação educacional; l) emitir pareceres sobre matéria concernente à Orientação Educacional. (DECRETO. nº 72.846, 1973).

Como observamos, essas atribuições trazem um vasto campo de atuações possíveis, que vão desde a: ser o profissional de referência para implementação e coordenação dos Serviços de Orientação Educacional (SOE), realizar atividades de aconselhamento vocacional, ações pedagógicas, de supervisão de estagiários e a de ministrar disciplinas. Esse cenário pode ser favorável para uma ampliação da importância desse profissional nas instituições, podendo servir a diferentes objetivos do contexto educacional, assim como também pode trazer impasses sobre o perfil profissional característico do orientador educacional e seus modos de atuação.

Nesse ponto, ressaltamos o quanto a diversidade de atribuições possibilitou ao orientador atuar em variadas frentes no contexto educacional e o quanto a densidade de ações sinalizou para a complexidade e importância deste novo profissional no ambiente educacional, assim como para a criação de vários perfis profissionais do orientador educacional. Mas até este ponto não sabemos quais os impactos ocasionados tanto pelas atribuições privativas do orientador educacional, como no foco nos discentes ou pela existência de perfis profissionais diferentes na construção da identidade do orientador educacional de acordo com sua formação acadêmica.

Após conquistar uma lei que regulamentasse a profissão de orientador educacional e suas atribuições privativas, o orientador educacional nos anos posteriores começou a perder campo de atuação dentro da escola. Ponto que trazemos para reflexão, pois apesar de ter uma lei que regulamenta a profissão, as leis de referência da educação vão diminuindo a atuação desse profissional dentro das escolas, uma vez que não há a obrigatoriedade por lei de tê-lo dentro das instituições de ensino. Assim, esse profissional

fora perdendo espaço dentro do ambiente escolar, o que ficou evidenciado na LDB nº 9.397 de 1996 [Lei vigente no País], que não apresenta em seu texto capítulos e artigos voltados à orientação educacional. Nela há, apenas no artigo 64, uma menção ao profissional de orientação educacional como profissional da educação cuja formação está sob responsabilidade da graduação em Pedagogia ou em nível de pós-graduação.

Considerando os avanços e retrocessos que marcam a história de constituição da profissão de orientador educacional no Brasil, bem como a diversidade de disposições existentes acerca de seu perfil e atribuições, faz-se relevante a busca de maior sistematização e de como esses fatores agem sobre a constituição sobre quem é e o que faz o orientador educacional no Brasil. Para tanto, realizamos um levantamento bibliográfico referente à profissão de orientador educacional no Brasil, de modo a traçar o perfil e modo de atuação desse profissional tendo por base os percursos históricos de seu estabelecimento no país, sua formação acadêmica e atribuições mais recorrentemente citadas na literatura.

Entendemos que a delimitação mais precisa acerca da profissão de orientação educacional, tal como proposto neste trabalho, pode contribuir para melhor compreensão do papel dos orientadores educacionais no sistema de ensino no Brasil, além de fornecer subsídios para que orientadores educacionais melhor compreendam suas práticas e identidade profissional.

2 MÉTODO

Foi realizado um levantamento de dados de artigos publicados até 18 de fevereiro de 2020, onde foram selecionados artigos em revistas científicas nacionais e internacionais acerca da profissão de orientador educacional no Brasil. A base de indexação de dados utilizada foi o Periódico CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), utilizando o login do espaço CAFe (Comunidade Acadêmica Federada) e busca simples utilizando as palavras-chave “Orientador Educacional” e “Orientação Educacional”. Os critérios de inclusão da pesquisa foram: a) artigos científicos publicados na íntegra; b) textos publicados em português, inglês ou espanhol. Os critérios de exclusão foram: a) artigos que não se referiam ao contexto educacional brasileiro; b) textos que apresentassem o termo “Orientador Educacional” e/ou “Orientação Educacional” genericamente, sem relação com a profissão ou atividades relacionadas à profissão de orientador educacional.

3 RESULTADOS

Inicialmente, foram encontrados 114 resultados na base do Periódico CAPES, sendo 25 na busca utilizando a palavra-chave “Orientador Educacional” (busca 1) e 89 utilizando a “Orientação Educacional” (busca 2). Dentre os 25 arquivos na busca 1, 10 foram excluídos, tendo em vista os critérios de inclusão e exclusão. Já na busca 2, foram excluídos 60 arquivos. Após análise dos arquivos, cumprindo o critério de inclusão e exclusão, restaram 44 artigos dos 114.

Tabela 1 - Arquivos excluídos na busca 1 (Orientador Educacional)

Motivo	Quantidade
Artigo duplicado	01
Anúncio de vaga de concurso	02
Calendário comemorativo do dia do orientador educacional	03
Fora do contexto educacional brasileiro	01
Resenha de livro contendo o termo orientador educacional	02
Resumo de Artigo (Arquivo completo não localizado)	02

Fonte: elaborado pelas autoras

Tabela 2 - Arquivos excluídos na busca 2 (Orientação Educacional)

Motivo	Quantidade
Artigo duplicado	10
Dissertações	03
Fora do contexto educacional brasileiro	10
Anúncio de curso	01
Resumo de Artigo (arquivo completo não localizado)	04
Guias de estudantes (manual do estudante)	

Motivo	Quantidade
Sinopses de livros	02
Entrevista	07
O termo “Orientação Educacional” não faz alusão à profissão de orientador educacional.	01
	22

Fonte: elaborado pelas autoras.

Os 44 artigos elegíveis foram então analisados com base em duas categorias: perfil profissional e modo de atuação. Na categoria 1, nomeada perfil profissional, foram incluídas todas as informações extraídas dos textos referentes a: formação acadêmica e/ou qualificação do orientador educacional; tipo de instituição escolar; e Estado da Federação em que esse profissional atua. Na categoria 2, nomeada modos de atuação, foram incluídas todas as informações referentes a: atribuições do orientador educacional; e público-alvo de sua atuação. Em seguida, as informações registradas nessas categorias foram analisadas e sistematizadas em subcategorias e em função da quantidade de artigos consultados. Destacamos que os dados aqui apresentados são fruto das análises dos artigos, e não representam o quadro total da realidade brasileira sobre a distribuição, perfil e modo de atuação desse profissional.

3.1 Perfil profissional

Em relação aos dados que compõem a categoria “perfil profissional”, observamos que o tipo de artigo que apresentava dados sobre a formação do orientador educacional, tipos de instituições de ensino e regiões do País em que atuam, eram, em geral, mapeamentos e relatos de experiências, não necessariamente sendo o orientador educacional o objeto de pesquisa, e sim como profissional referenciado dentro do texto.

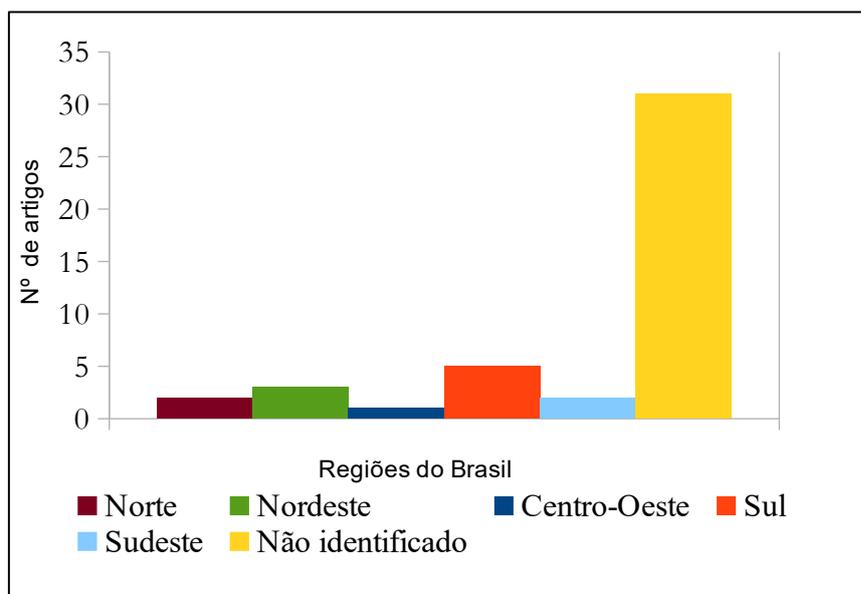
No tocante à subcategoria formação acadêmica e/ou qualificação profissional, um total de 11 artigos apresentavam a formação acadêmica dos profissionais que atuam em orientação educacional no contexto escolar brasileiro, sendo quatro na busca 1 e sete na busca 2. Como pode ser observado na Figura 1, entre as principais formações acadêmicas e qualificações do orientador educacional (OE) citadas, encontramos: pedagogos com

habilitação em orientação educacional (três); Pedagogos sem especificação de habilitação em orientação educacional (quatro), sociólogo especialista em psicopedagogia (um); e professores especialistas sem descrição da especialidade (um). Outros 33 artigos não especificaram a formação acadêmica do profissional OE.

Em relação ao tipo de instituição na qual atuam, a maior parte dos artigos analisados indicaram o vínculo do orientador educacional com instituição pública de ensino. Dos 44 analisados, apenas 14 informam características das instituições nas quais os orientadores educacionais atuavam. Desses, 10 relataram vínculo do OE à rede pública de ensino, mais especificamente em instituições de nível fundamental II e técnico, sendo estes mais concentrados na região sul do País. Outros quatro artigos descreviam sua atuação na rede privada. A maioria dos artigos que apresentam o perfil profissional relatam atuações em redes públicas.

Entre os Estados citados nas publicações, elencamos na Região Nordeste: Bahia, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Na Região Norte: Rondônia, Amazonas. Na região Sudeste: São Paulo e Rio de Janeiro. Na Região Sul: Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. E no Distrito Federal: Brasília.

Figura 1-Subcategoria 3: Regiões do País nas Quais Atuam os Orientadores Educacionais.



Fonte: elaborado pelas autoras.

Esses dados apresentam um esboço do perfil profissional do orientador educacional baseado nos artigos analisados, o que não representa em totalidade a realidade,

uma vez que os artigos analisados são uma amostra reduzida de uma temática ainda não contemplada em sua total expressão na literatura,

3.2 Modos de atuação

Em referência à categoria modo de atuação, apresentamos a análise dos dados distribuídos em duas subcategorias: atribuições do orientador educacional; e público-alvo de suas ações. Na subcategoria de atribuições, consideramos as atividades descritas nos artigos que fossem relacionadas aos termos “orientador educacional”, “profissional de orientação educacional” e/ou aos “Serviços de Orientação Educacional (SOE)” em contextos escolares. Já em relação à subcategoria “público-alvo”, consideramos analisar para quem se direcionava as atividades descritas nas atribuições dos orientadores educacionais.

As atribuições do orientador educacional, tal como identificadas na literatura consultada, foram organizadas em torno das seguintes categorias: atribuições pedagógicas; atribuições administrativas; atribuições disciplinares; atribuições técnico cidadãs; orientação profissional; e outras. A criação das categorias obedeceu às características de cada atividade: as atribuições pedagógicas são aquelas direcionadas para o processo de aprendizagem (foco na intervenção); as atribuições administrativas são as referentes à rotina burocrática da escola, tais como envios de comunicados e atualização de dados dos discentes; as atribuições disciplinares se referem às atividades de controle dos comportamentos e conflitos escolares; as atribuições técnico cidadãs fazem referência ao trabalho não centralizado no aluno, mas sim na interdisciplinaridade e articulação entre vários atores escolares, tais como: proporcionar ações referentes a questões sociais, tais como racismo, preconceito, desigualdade social, direitos humanos entre outros; as atividades de orientação profissional são aquelas direcionadas para a inclusão no mercado de trabalho; o grupo de outras atribuições reúne aquelas atribuições que não se enquadram nas supracitadas. A tabela 3 apresenta a distribuição das atribuições dos orientadores educacionais e/ou do SOE e/ou dos profissionais de orientação educacional a partir da criação das categorias atribuições pedagógicas; atribuições administrativas; atribuições disciplinares; atribuições técnico cidadãs; orientação profissional; e outras.

Tabela 3-Descrição das atividades dos orientadores educacionais por atribuições

Grupo de atribuições	Público-alvo	Atividades	Nº de artigos
Atribuições administrativas	Não especificado	Ajudar na administração geral. Apresentar a escola nos seus aspectos administrativos para outras pessoas que visitem a escola. Inspeccionar alunos.	02
Atribuições disciplinares	Alunos	Manter a disciplina no ambiente escolar Mediar conflitos. Atender aos alunos que têm problemas disciplinares. Estimular o autoconhecimento do aluno. Trabalhar as relações interpessoais. Trabalhar formação cidadã. Ter parceria com familiares e comunidade. Ser mediador entre o meio social e o aluno. Compreender a afetividade do aluno. Conhecer e identificar problemas vivenciados não apenas pelos alunos, como também pela comunidade.	04
Atribuições técnico cidadãs	Alunos/ Comunidade escolar/ Familiares	Desenvolver trabalho que proporcione: inclusão social, fortalecimento da democracia e do Estado de Direito, promoção Direitos Humanos, a restituição de vida pública com deveres e direitos, cultura da paz, o impulso econômico com igualdade de oportunidades, participação cidadão	09

		ativo em processos culturais local, regional e nacional.	
		Trabalhar temáticas da adolescência. Oferecer informações sobre aspectos da vida profissional.	
		Aplicar testes vocacionais.	
		Discutir sobre o mundo do trabalho.	
		Auxiliar as pessoas a selecionar cursos.	
		Auxiliar o aluno a elaborar planos	
		Participação de todos os eventos da escola;	
		Participar das reuniões de conselho de classe;	
	Alunos;	Encaminhar para o psicólogo;	
Outros	Familiares;	Visitas domiciliares diante do levantamento de falta e situação de evasão escolar;	05
	Comunidade;		
	Rede de apoio	Conversa com os pais sobre a melhor maneira que eles podem ajudar no desenvolvimento de seus filhos.	

Fonte: elaborada pelas autoras.

Ainda sobre as atribuições, realizamos comparativo entre as atribuições descritas em artigos de relatos de experiência com as atribuições descritas como privativas do orientador educacional pelo Decreto-Lei nº 72846/1973. Dessa análise, observamos que algumas atribuições privativas do orientador educacional são relatadas nos artigos, dentre as citadas estão: coordenar o Serviço de Orientação Educacional, orientação vocacional do aluno, sondagem de interesses, aptidões e habilidades do aluno, sistematizar o processo de acompanhamento do aluno encaminhando a outros especialistas aqueles que exigirem assistência especial e ministrar disciplinas da teoria e prática da orientação educacional.

4 DISCUSSÕES

As discussões sobre o perfil e a trajetória do orientador educacional no Brasil são bastante desafiadoras, visto que esse é um campo marcado por indefinições tanto acerca do que o difere dos demais atores escolares com formação em pedagogia, assim como sobre a relevância e reconhecimento de sua prática no contexto escolar.

Nesse sentido, ainda que exista respaldo legal sobre qual a formação que o profissional deve ter para o exercício da profissão do orientador educacional, por vezes, nas publicações fica claro que o profissional considerado orientador educacional não possui a formação para isso. Como vimos em alguns artigos nos quais o cargo era ocupado por profissionais que foram deslocados de suas funções de origem para desenvolver o trabalho de orientador educacional.

Além disso, por longos períodos, a prática de orientação educacional construiu seus próprios percursos e atingiu certa autonomia ao dissociar-se de profissão específica, sendo depois privativa do orientador educacional (especificado no Decreto-Lei nº 72.846/1973) e ainda assim permanecendo dissociada desta. Isso é elucidado nos artigos quando aparecem citados os termos: formação em orientação educacional, Serviço de Orientação Educacional (SOE) e profissional responsável pela orientação educacional, e não evidencia que o profissional Orientador Educacional seja integrante nesses processos onde existe a prática da orientação educacional.

Assim, quanto ao perfil profissional, no tocante à formação acadêmica, os dados analisados revelam que a maior parte dos estudos analisados não apresentam dados sobre a formação acadêmica do profissional e/ou se possui o curso de formação em orientador educacional, conforme disposto no Decreto-Lei nº 72.846/1973, o que consideramos preocupante no que diz respeito a identidade dessa categoria. Também observamos que as atividades desenvolvidas pelos orientadores nas escolas estão permeadas pela área de conhecimento do profissional, como por exemplo: os profissionais com formação em pedagógica orientam suas práticas a compreender o desenvolvimento cognitivo do aluno, os aspectos de aprendizagem e orientação/suporte aos professores. Porém, independentemente da formação acadêmica do profissional, nota-se que o público-alvo dos orientadores educacionais, em unanimidade, são os alunos, ora com atividades com caráter mais a favor dos interesses da instituição (reduzir situações de alunos problemas, focando no indivíduo e

dissociando-o da dimensão social e familiar), ora a favor do desenvolvimento integral deste aluno.

Andrade, Bueno e Santos (2020) apontam para uma distorção quando a verdadeira função do orientador educacional dentro do ambiente escolar, principalmente, quando este profissional adota o entendimento de que sua função é apontar soluções para todas as demandas que envolvam os discentes. Para Ourique e Tomazetti (2005) a ênfase do orientador educacional deve se fundamentar na tarefa de mediação escolar, favorecendo assim a construção de sujeitos sociais e históricos, considerando a cultura escolar, mediar as relações de poder. Corroborando, Lorenzet e Zitkoski (2017) apontam que enquanto mediador, o orientador educacional envolve dimensões filosóficas, sociais, políticas, pedagógicas, sendo as suas contribuições substanciais para as aprendizagens significativas e para o desenvolvimento integral dos estudantes. Já Oliveira e Alencar (2010), ao considerar que as atribuições desse profissional devem ultrapassar os muros da escola e agirem diretamente nas questões sociais, apontam que o foco dessa ação deve ser a profissionalização dos educandos e seu ingresso no mercado de trabalho.

Isso vai de encontro aos dados referentes às atribuições, uma vez que estas ocupam um campo diverso e atendem a objetivos diferentes, ora prezando pelas demandas institucionais, ora pelas dos discentes, ora mesclando as duas, conforme já apresentado, e apresentando abrangência dessas atribuições e um maior variedade de público atendido, e disso inferimos algumas hipóteses: 1) trata-se de um novo direcionamento para as ações do orientador das quais a legislação não deu conta na época, deixando assim a critério de cada instituição ou governos incluir atribuições mais condizentes a realidade; 2) o profissional de orientação educacional perdeu sua função dentro da escola e vem ocupando-se de outras questões nesse ambiente. A questão é se elas nos apresentam fatores de fragilização da atuação dos orientadores educacionais ou de redimensionamento para novos olhares e ampliação desse profissional. Se essa dissolução torna as ações genéricas e destoantes ou adequação para o mundo contemporâneo onde a escola ainda vive sob suas estruturas tradicionais seculares, mas já presencia ensaios para uma aprendizagem significativa na qual o ensino se relaciona com a realidade que o circunscreve.

Junto a isso, encontramos uma associação entre as atribuições técnico cidadã e um interesse pelo desenvolvimento integral do aluno. Talvez nesse sentido, as atribuições técnico cidadãs venham ganhando mais espaço e atingindo o mesmo número de citações em

artigos que as pedagógicas e as similares à orientação profissional. Contudo, essa aproximação quantitativa entre as atribuições pedagógicas, técnico cidadã e similares à orientação profissional, não anula base profissionalizante e pedagógica na qual alicerça as raízes do orientador educacional que também é a própria do contexto escolar brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desafios se apresentaram e, entre eles, o maior consistia em compreender dentro das publicações quem seria o que eles apontavam como profissional de orientação educacional, uma vez que não ficava evidente em algumas publicações se esse termo descrevia o orientador educacional ou qualquer outro profissional da escola responsável pela orientação educacional.

Com esta produção foi possível perceber que o orientador educacional no Brasil ainda não apresenta uma consistência quanto às suas práticas e concepção global do que é ser um orientador educacional. É notório que neste percurso, o orientador educacional vive frequentes oscilações entre avanços e retrocessos nos marcos legais. Além de enfrentar uma quebra de paradigmas herdados da orientação profissional em face a uma postura mais crítica e emancipatória diante dos problemas sociais e de atribuições que não são focadas em situações de ajustes de “aluno problema” para o mercado de trabalho.

Considerando o período atual, da pandemia do COVID-19, Dias (2020), a Orientação Educacional se configura como um espaço do pensar com criticidade o cotidiano do alunado e dos demais atores escolares, sendo assim, nesse momento, necessário focalizar suas ações em práticas de construção de pensamento crítico e desconstrução de conceitos preestabelecidos.

Gago e Corbellini (2021), atribuem em estudo realizado sobre a prática do OE em período pandêmico, o consenso de que as práticas desse profissional devem estar consolidadas em valores empáticos, onde a acolhida e do diálogo é a baseada relação entre estudante e orientador, afirmando que é nessa prática solidificada através da empatia, que o OE promove a esse discente o incentivo necessário e estímulo crucial para prosseguir com os estudos, possibilitando-o a entender a necessidade de sua permanência na escola nesse período em que há grande evasão escolar.

Outro ponto é a necessidade de fiscalização e regulamentação da formação desse profissional, de modo a garantir que todos os profissionais que atuem como orientador educacional passem pela qualificação específica da categoria que sejam de acordo com as

normativas legais, de modo a assegurar minimamente a similaridades nas práticas em detrimento das diversas formações acadêmicas dos profissionais ou a escolha de governos, estados e municípios sobre essas atribuições.

Além disso, ainda existe uma questão em aberto que nosso estudo não respondeu por meio dos artigos analisados: o modo como os profissionais adentram à comunidade escolar. Se os profissionais que desempenham a função de orientadores educacionais foram contratados na qualidade de orientadores educacionais ou se tiveram suas funções iniciais desviadas para suprir uma necessidade escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.073, de 30 de janeiro de 1942**. Estabelece e regulamenta a Lei Orgânica do Ensino Industrial. Brasília, DF: Casa Civil, 1942. Disponível em: http://planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4073.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 4.244, de 9 de abril de 1942**. Estabelece e regulamenta a Lei Orgânica do Ensino Secundário. Brasília, DF: Casa Civil, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del4244.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 6.141, de 28 de dezembro de 1943**. Estabelece e regulamenta a Lei Orgânica do Ensino Comercial. Brasília, DF: Casa Civil, 1943. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCiVil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del6141.htm. Acesso em: 30 ago. 2020

BRASIL. **Decreto-Lei n. 9.693, de 20 de agosto de 1946**. Estabelece e regulamenta a Lei orgânica do Ensino Agrícola. Brasília, DF: Casa Civil, 1946. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del9613.htm. Acesso em: 30 agot. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1961. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 5.564, de 21 de dezembro de 1968**. Provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1968. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5564.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Lei de n. 5692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1971. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 72.846, de 26 de setembro de 1973.** Regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

BRASIL. **Lei n. 9.397, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

CANDATEN, Rosemari Zanon; DA SILVA, Melissa Cross Bier. A mediação do orientador educacional na parceria família/escola. **Revista Missioneira** v.19, n. 1, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.31512/missioneira.v19i1.2356>. Acesso em 24 ago. 2020.

DAVID, Ricardo Santos. O orientador educacional e a escola: a criação de espaços de participação social e exercício da cidadania [The educational advisor and the school: the creation of spaces for social participation and the exercise of citizenship]. **Revista Labor**. v.1, n. 18, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.29148/labor.v1i18.18801>. Acesso em: 24 ago. 2020.

DIAS, Cristiane Barroso. O que me afeta, enquanto orientadora educacional, em tempos remotos. **Revista Eletrônica do ISAT**, v.13, dez, 2020. Disponível em: https://www.revistadoisat.com.br/numero13/1%20Cristiane_Dias_O_que_me_afeta.pdf. Acessado em: 15 de out, 2021. DOI 10.29327/222146.13.1-1

GAGO, Daiane Rodrigues; CORBELLINI, Silvana. Orientação educacional: o combate à evasão escolar na pandemia. **Faz Ciências**, v.23, n.38, jul/dez, 2021. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/27737/19822>. Acesso em: 15 de out, 2021. DOI: <https://doi.org/10.48075/rfc.v23i38.27737>.

GRINSPUN, Miriam. P. S. Zoppin. Histórico da orientação educacional no Brasil. **Repositório FGV de periódicos e revistas**, v. 7, n. 2, dez.1983. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/fe/article/view/60676/58916>. Acesso em: 24 ago. 2020.

LORENZET, D.; ZITKOSKI, J. J. Contribuições pedagógicas em institutos federais: o supervisor escolar, o orientador e o pedagogo técnico-administrativo. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, set/dez. 2017. Disponível em: Acesso em: 15 de out, 2021.

OLIVEIRA, Eny da Luz Lacerda; ALENCAR, Eunice Maria Lima Soriano De. Criatividade e escola: limites e possibilidades segundo gestores escolares e orientadores educacionais.

Revista Semestral Da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, São Paulo, v.14, n.2, jul/dez, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/pee/a/Qcj6FCsWKyBqhPNZZXbpfpd/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 10 de out, 2021.

OURIQUE, Maiane Liana Hatschbach; TOMAZETTI, Elisete M. A autoridade no processo educacional: os orientadores educacionais como mediadores das relações de poder. **Revista Educação**. v.30, n. 1, 2005. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/19846444>. Acesso em: 24 ago. 2019.

PASCOAL, Miriam; HONORATO, Eliane Costa; DE ALBUQUERQUE, Fabiana Aparecida. O orientador educacional no Brasil [The educational counselor in Brasil]. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 47, jun. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982008000100006>. Acesso em: 24 ago. 2020.

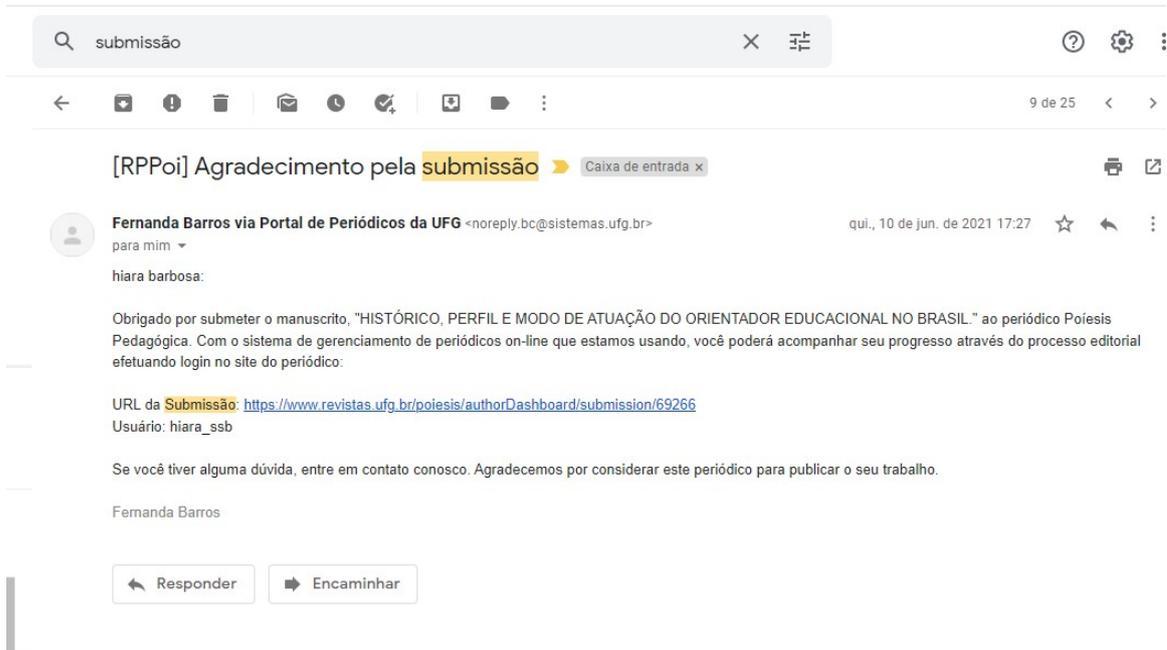
PIMENTA, Selma Garrido. **O pedagogo na escola pública**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 1998.

SANTOS, Joelma Costa Holanda dos; ANDRADE, Fábio Santos de; BUENO, José Lucas Pedreira. A prática do pedagogo orientador: desafios e transformações no cotidiano escolar.

Interfaces Científicas, Aracaju, v.8, n.3, 2020. Disponível em:

<https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/6718/4408>. Acesso em: 15 de out, 2021.

ANEXO E – COMPROVANTE DE SUBMISSÃO E ACEITE DO ARTIGO



The image shows a screenshot of an email interface. At the top, there is a search bar with the word "submissão" and a filter icon. Below the search bar is a navigation bar with various icons and the text "9 de 25". The main content of the email is as follows:

[RPPoi] Agradecimento pela submissão Caixa de entrada x

Fernanda Barros via Portal de Periódicos da UFG <noreply.bc@sistemas.ufg.br> qui., 10 de jun. de 2021 17:27 ☆ ↶ ⋮
para mim ▾
hiara barbosa:

Obrigado por submeter o manuscrito, "HISTÓRICO, PERFIL E MODO DE ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL NO BRASIL." ao periódico Poesis Pedagógica. Com o sistema de gerenciamento de periódicos on-line que estamos usando, você poderá acompanhar seu progresso através do processo editorial efetuando login no site do periódico:

URL da **Submissão**: <https://www.revistas.ufg.br/poesis/authorDashboard/submission/69266>
Usuário: hiara_ssb

Se você tiver alguma dúvida, entre em contato conosco. Agradecemos por considerar este periódico para publicar o seu trabalho.

Fernanda Barros

↶ Responder ➡ Encaminhar

ANEXO F – RELATÓRIO MATERIAL DIDÁTICO



UNIVERSIDADE
FEDERAL DO CEARÁ
Campus de Sobral

Programa de Pós-Graduação Profissional em Psicologia e Políticas Públicas
Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas

Relatório Material didático

Título: Miniguia do Orientador Educacional: Atribuições e Indicadores de Efeito no Contexto Educacional Sobralense	
Linha de Pesquisa: Educação e Políticas Públicas	
Projeto de Pesquisa: Contingências, metacontingências e macrocontingências educacionais	
Equipe de trabalho¹	
Nome	Função
Natália Santos Marques	
Hiara da Silva Santos Barbosa	
Período de Realização: Maio de 2021 a Maio de 2022	
<p>Demanda: Apontamos o contexto da Cidade de Sobral-CE a qual por meio da Lei nº 1704/2017 criou a carreira de apoio a gestão escolar no âmbito do poder executivo municipal. Foi provido o concurso público com 50 vagas para o cargo de orientador educacional destinado a graduados em Psicologia a fim de dar prosseguimento a implementação do novo eixo educacional de Sobral: desenvolvimento das competências socioemocionais. O contexto de trabalho do orientador educacional da educação básica na cidade de Sobral-CE apresenta-se como um novo cenário, uma vez que no município não existia esse cargo. Em relação ao cenário nacional, revisando a literatura nacional, observou que não há relatos sobre a atuação de orientadores educacionais com formação acadêmica em Psicologia em escolas municipais. Ao realizar a pesquisa sobre o perfil profissional e modos de atuação do orientador educacional na rede pública municipal de Sobral-CE, o primeiro ponto que merece destaque é sobre a formação acadêmica requerida como critério pela gestão municipal para cargo de orientador educacional, uma vez que em grande parte do território brasileiro, segundo Barbosa e Marques (2021) há um direcionamento para optar-se por pedagogos e ou outros profissionais com licenciaturas que fazem parte do grupo do magistério. Diferentemente de Sobral, que optou por Psicólogos. Sendo assim, Apesar dos orientadores educacionais terem um aparato teórico sobre o que é o orientador educacional e suas atribuições, não existe um material teórico que dialogue a prática com a teoria e que apresente medidas de efeito das ações desenvolvidas no cenário local.</p>	
Objetivo: Elaborar e divulgar miniguia digital das atribuições e indicadores de efeitos direcionada aos orientadores educacionais da educação básica de Sobral-CE.	
Público-alvo: orientadores educacionais da educação básica.	
Métodos e Procedimentos: A coleta de dados ocorreu durante o período de isolamento	

¹ Acrescente quantas linhas forem necessárias para indicar toda a equipe de trabalho

social decorrente do COVID-19. Foi realizada via recursos e plataformas digitais, composta de três etapas: Etapa 1 – Contato com público da pesquisa via e-mail e *whatsapp* para aceite na pesquisa por meio o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Projeto aprovado pelo comitê de ética com nº 42742121.4.0000.5053). Etapa 2 – Diagnóstico situacional (fase de aplicação e fase de agrupamento das informações) e Etapa 3 – Desenvolvimento de instrumental pela pesquisadora.

Na **Etapa 1** a pesquisadora entrou em contato com os orientadores educacionais e, a partir disso, enviou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para os mesmos. Sendo o TCLE em formato eletrônico do Google Formulário e o aceite realizado por meio do preenchimento dos itens de identificação pessoal e do item de consentimento com a pesquisa.

A **Etapa 2** foi o diagnóstico situacional. Essa etapa correspondeu a coleta de dados em relação ao perfil profissional, modos de atuação e desafios específicos de cada orientador educacional e também enquanto categoria profissional.

O diagnóstico envolveu duas subetapas. Em cada uma houve a aplicação de instrumentos com os participantes, sendo essas Subetapas: **Subetapa 1** com aplicação do Formulário Eletrônico Sobre o Perfil Profissional e do Formulário Eletrônico Sobre os Desafios de Cada Participante da sua Atuação nas Instituições de Ensino; **Subetapa 2** com aplicação o Roteiro da Entrevista Semiestruturada das Demandas Gerais da Categoria e seus Desafios.

A **Subetapa 1**, consistiu primeiro no preenchimento do Formulário Eletrônico Perfil Profissional, que foi enviado para o e-mail institucional de cada participante. Formulário composto de 10 questões objetivas e discursivas referente a formação e qualificação profissional, tipo de instituição e nível de ensino e o território em que atuavam.

Após o preenchimento deste formulário, o participante teve a liberação do Formulário Eletrônico Sobre as Demandas Específicas de Cada Participante de Acordo com sua Instituição de Atuação e seus Desafios. Esse material contou com 6 questões discursivas voltadas para atuação do participante nas escolas.

Na a Subetapa 2, ocorreu a realização de 2 rodas de conversa com 09 participantes da pesquisa (dois participantes não puderam participar dessa etapa) e a pesquisadora via *Google Meet* sobre as demandas gerais da categoria e seus desafios.

Os pontos de discussões da subetapa 2 foram previamente organizados em um Roteiro da Entrevista Semiestruturada das Demandas Gerais da Categoria e seus Desafios, sendo necessário algumas adaptações em virtude de problemas nas ferramentas escolhidas. O encontro foi gravado, e teve duração média de 1 hora e 30 minutos cada.

Com o objetivo de responder ao problema e os objetivos da pesquisa, os dados coletados foram analisados por meio da análise de conteúdo de Bardin (2011). A codificação dos dados se deu em função da repetição das palavras, que quando trianguladas com os resultados observados, foram constituindo unidades de registro para então chegar-se à categorização progressiva. As categorias dizem respeito à temática a que o estudo se propôs: o modo de atuação do orientador educacional, sendo elas: Atribuições profissionais, Eixo de Atuação dos Orientadores Educacionais, Funções das Atribuições, Desafios e Organização Documental das Atividades e Quantificação das Produções Mensais.

Em posse do diagnóstico situacional, foi iniciada a Etapa 3, que consistiu em reunir e sistematizar os dados coletados e elaboração do instrumento em atenção às demandas apresentadas pelos participantes da pesquisa.

O instrumento foi pensado seguindo os critérios: 1 – Atender ao maior número de demandas frequentemente citadas pelos orientadores educacionais referente a suas ações específicas por escola e o referido público-alvo; 2 – Atender às demandas frequentemente

citadas pelos orientadores educacionais quanto aos desafios enquanto categoria profissional e o referido público-alvo; 3 – Associação entre as atribuições profissionais referenciadas na literatura brasileira com as atribuições oriundas do contexto municipal.

A estrutura que mais atendia os critérios foi a elaboração de um miniguia. O processo de construção desse material, correlacionou os dados coletados nas rodas de conversa com os dados da revisão da literatura. Apresentar uma sistematização de dados teóricos apresentados pela legislação local sobre o trabalho dos orientadores educacionais junto às vivências dos orientadores educacionais se fazia necessário, pois foi observado que apesar de existir uma legislação que referencia a prática do profissional, as ações executadas no dia a dia dos profissionais se distanciavam-se do apresentado na descrição de criação do cargo e atribuições oficializadas.

Na elaboração, buscou-se usar uma linguagem acessível que abordasse a temas sobre as atribuições e indicadores de efeitos que estimulasse a reflexão dos orientadores sobre suas práticas.. O design utilizou um formato com cores em tom mais vivos e imagens lúdicas como forma de tornar o tema abordado o mais leve possível. Os conteúdos foram acompanhados com quadros organizativos e uma sessão de dicas. O miniguia será disponibilizada por meio digital, podendo ser acessado via link ou no formato de PDF.

Impacto Quantitativo: É possível estimar até o momento, o impacto no grupo dos 11 orientadores educacionais que atuaram como participantes da pesquisa.

Resultados e Impacto Qualitativo: Espera-se que, por meio da divulgação do miniguia, novas aprendizagens e reflexões sobre temas ligados às atribuições e indicadores de efeitos que possam surgir entre os orientadores educacionais, influenciando positivamente seu ambiente de trabalho. Espera-se que seja possível articular ações de intervenção no ambiente escolar junto a todos os atores escolares e também de colaboração entre os orientadores educacionais.

Abrangência Realizada: município de Sobral

Abrangência Potencial: Potencialmente poderá abranger grupos de orientadores educacionais em todo Brasil, tendo em vista que é um miniguia digital.

Replicabilidade: o procedimento de construção do miniguia é replicável.

Complexidade: Alta. Trata-se de uma produção que demandou um ano de trabalho dentro do Programa de Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas, desde a concepção da ideia, revisão de literatura, rodas de conversas, até o processo de elaboração. Por abordar o tema das atribuições e indicadores de efeitos, exigiu um cuidado redobrado para apresentar conteúdos relevantes, mas de maneira a minimizar os desafios enfrentados pelos orientadores educacionais.

Inovação: Totalmente inovador. O uso do miniguia digital foi uma forma inovadora de abranger um público mais amplo em um contexto de educacional local, regional e nacional, principalmente por ser de fácil acesso e trazer uma temática que, na literatura nacional, ainda não apresenta essa organização das medidas de efeitos da atuação desse profissional.

Referências

BARDIN, L. Análise de conteúdo. São Paulo: **Edições 70**. (2011).

BARBOSA, Hiara da Silva Santos; MARQUES, Natália Santos. Histórico, perfil e modo de atuação do orientador educacional no Brasil. (Em processo de publicação)

SOBRAL. **Lei n. 1704, de 19 de dezembro de 2017**. Provê sobre a criação da carreira de apoio a gestão escolar. Sobral, CE: Câmara Municipal de Sobral. 2017. Disponível em: <http://transparencia.sobral.ce.gov.br/arquivo/nome:8c45a94d90e082b05629ea6185e24b1a.pdf>

- i **Demanda** (critério CAPES): este critério avalia se o PT atende a uma lacuna, ou seja, se responde a uma necessidade da sociedade ou de um determinado segmento social. Não é necessário que tenha havido uma solicitação explícita, mas o relato do PPG precisa evidenciar que o público-alvo atingido carece de um PT daquela natureza. Nesse sentido, a descrição feita tem que evidenciar a aplicabilidade do PT.
- ii Descrição do processo de realização da assessoria ou consultoria: apresentação qualitativa e quantitativa de todas as fases da ação e atividades realizadas, assim como das “técnicas” utilizadas. Por exemplo: número de encontros realizados e sua descrição; temas debatidos com os participantes ao longo do processo, utilização de rodas de conversa, dramatizações, círculos de cultura etc.
- iii Por exemplo: número de participantes, número de pessoas atendidas, número de atendimentos realizados etc.
- iv Por exemplo: município de Sobral; Região norte do Ceará; Estado do Ceará; Brasil e Canadá;
- v **Abrangência potencial** (critério CAPES): este critério considera a possibilidade de expansão em termos de incrementar o alcance do PT ou de gerar outros produtos a ele vinculados. A avaliação dessa possibilidade de expansão deve estar referendada em uma descrição que deixe explicitados esses cenários de desdobramento do produto
- vi **Replicabilidade** (critério Capes): este critério considera a possibilidade de outros PPGs ou outros pesquisadores/profissionais reproduzirem o PT que foi desenvolvido. A avaliação desse critério deve estar referendada em evidências de registro do que foi desenvolvido (método e procedimentos adotados em seu desenvolvimento).
- vii **Complexidade** (critério CAPES): este critério busca avaliar se o PT demanda um esforço expressivo do PPG, considerando a dificuldade de construção daquele produto. Aspectos cognitivos, tecnológicos e sociais seriam exemplos de sinalização de um processo de desenvolvimento de produto complexo.
- viii **Inovação** (critério CAPES): este critério considera em que medida o PT aponta para uma novidade em termos do que é produzido pela área. Nesse sentido, deve ser avaliado se o produto introduz alguma mudança, em termos de forma ou de conteúdo, que possa ser considerada um diferencial para a área. A avaliação de inovação depende, necessariamente, da argumentação do PPG, que demonstre o caráter inovador daquele PT.

E-book

MINI-GUIA DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

Atribuições e Indicadores de Efeitos no
Contexto Escolar Sobralense



Hiara da Silva Santos Barbosa
Natália Santos Marques

Presidente da República
Jair Messias Bolsonaro

Ministro da Educação
Milton Ribeiro

Secretário de educação Municipal
Francisco Heberte Vasconcelos Lima

Programa de Mestrado Profissional em Psicologia
e Políticas Públicas
Universidade Federal do Ceará

Reitor
**Professor José Cândido Bittencourt de
Albuquerque**

Diretor-Geral do Campus Sobral
Professor João Guilherme Nogueira Matias

Vice-Diretor
Professor Mário Áureo Gomes Moreira

Autora
Hiara da Silva Santos Barbosa

Ilustração da Capa
Hiara da Silva Santos Barbosa

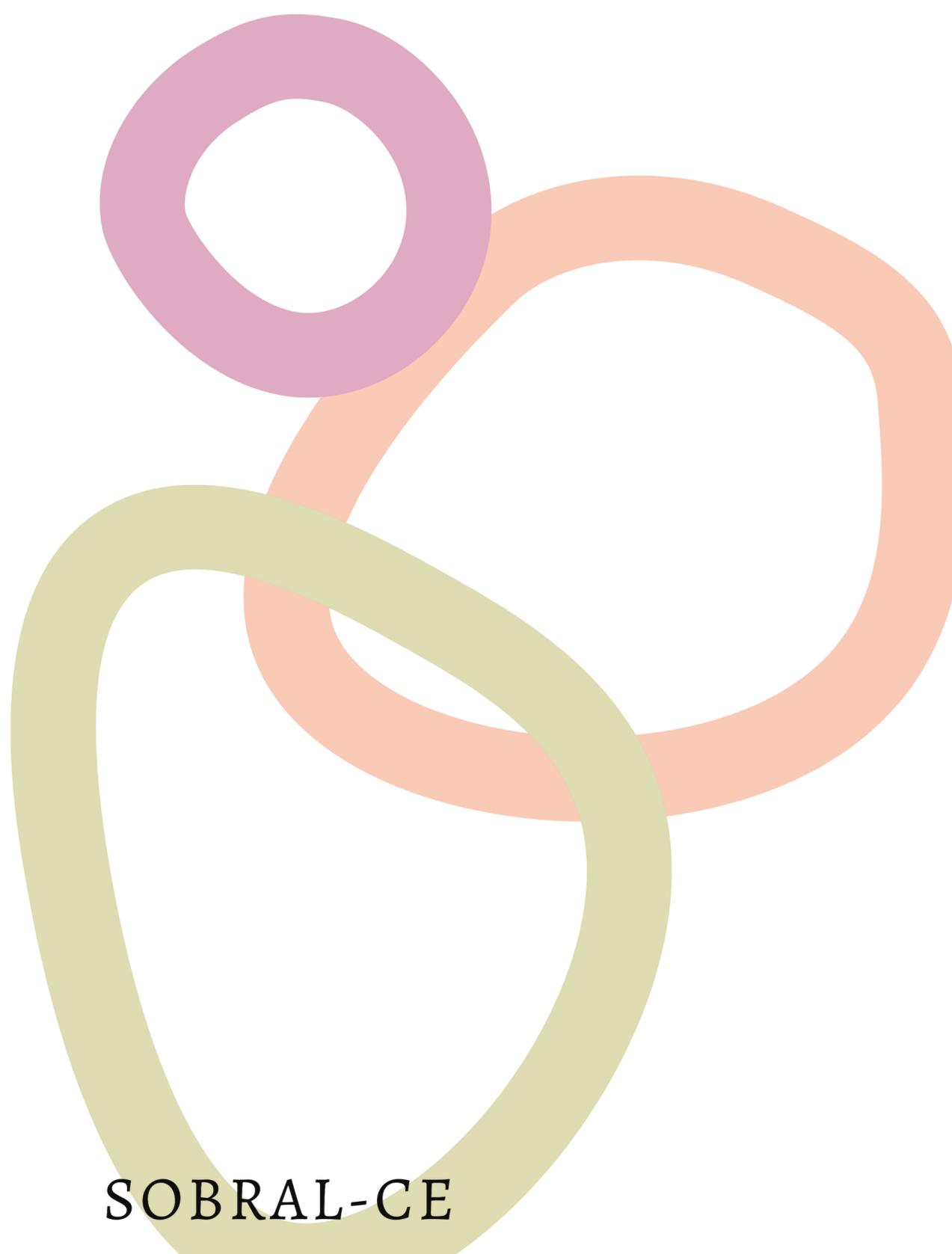
Supervisão
Natália Santos Marques

PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS
PÚBLICAS DA UFC - CAMPUS SOBRAL

E-book

MINI-GUIA DO ORIENTADOR EDUCACIONAL

Atribuições e Indicadores de Efeitos no
Contexto Escolar Sobralense



SOBRAL-CE

1 APRESENTAÇÃO.....	5
2 SER ORIENTADOR EDUCACIONAL.....	6
3 O QUE SÃO ATRIBUIÇÕES PROFISSIONAIS?.....	7
4 ATRIBUIÇÕES DO ORIENTADOR EDUCACIONAL.....	8
5 INDICADORES DE EFEITOS DE INTERVENÇÕES.....	10
6 OBJETIVO DAS ATRIBUIÇÕES.....	11
7 CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES POR TIPOS DE ATRIBUIÇÕES.....	12
8 DICAS.....	13
9 REFERÊNCIAS.....	14

APRESENTAÇÃO

O "Mini-Guia do Orientador Educacional: Atribuições, Ações e Indicadores de Efeitos no Contexto Escolar Sobralense" é produto resultante da pesquisa de Mestrado Profissional em Psicologia e Políticas Públicas sobre a CARACTERIZAÇÃO DO PERFIL PROFISSIONAL E MODOS DE ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL(OE) NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DE SOBRAL-CE. Para o Mini-Guia foram combinados dados extraídos a partir das descrições na literatura nacional, nas normativas da profissão e na experiência relatada pelos OEs de Sobral-CE sobre a caracterização do que é ser orientador, suas atribuições e ações. Com base no estudo desenvolvido, foram elaborados indicadores de efeitos das atribuições referenciadas, assim como sugestões de ações aplicáveis no contexto descrito. Entretanto, o Mini-Guia não representa a totalidade do trabalho a ser desenvolvido pelos OEs, e sim um recorte, um ponto de partida para pensar o planejamento e acompanhamento das ações de acordo com o público-alvo e os resultados esperados. Com isto, pretende-se oferecer ferramentas e parâmetros para que esse profissional analise suas atividades, levando em consideração que cada contexto apresenta realidades e desafios diferentes.

O **Orientador Educacional** no contexto sobralense tem formação acadêmica em Psicologia e dispensa qualificação profissional para a execução de suas funções, tais como pós graduação. Sua atuação é definida pela Secretaria de Educação de Sobral e pautada nos três pilares da nova Política Educacional da região: as competências socioemocionais (CSE), a mediação escolar e a formação socioemocional do educador.

Seu trabalho deve ser alinhado com os interesses da gestão Municipal e atravessa um campo interdisciplinar e intersetorial, que vão desde parcerias com o Instituto Ayrton Senna, com a Vice-Governadoria do Estado, instituições e entidades Municipais, dentre outras.

O O.E atua no campo da mediação das relações e construções de vínculos no ambiente escolar e assegura o desenvolvimento das CSE, sendo também o responsável pela articulação intersetorial no tocante a atender às necessidades dos educandos. Seu trabalho envolve todos os atores escolares, priorizando o desenvolvimento integral do aluno. Também está relacionado às questões territoriais que interferem no processo de desenvolvimento integral do discente.

Além disso, ele é o profissional que promove a prática de acolhimento e escuta, provocando os demais atores escolares a desenvolver a comunicação não-violenta e dar espaço para as expressões emocionais, de modo a promover o desenvolvimento integral dos sujeitos.

As **atribuições profissionais** são todas as tarefas que o profissional desempenha no exercício de sua função. Podem ser divididas em atribuições privativas e complementares. As atribuições privativas são ações restritas a determinada categoria profissional, sendo estipuladas por legislações e/ou códigos profissionais, especificando seu campo de atuação. Já as atribuições complementares são ações não restritas a um cargo ou função, podendo ser exercidas por outras categorias profissionais.

ATRIBUIÇÕES DOS O.Es

1) Normativa Nacional:

Atribuições previstas no Decreto nº 72.846 que regulamenta a Lei nº 5.564/68, a qual provê sobre o exercício da profissão. Acesse o Código QR abaixo.



2) Normativa Municipal:

Atribuições previstas na Lei Nº1704/2017, a qual provê sobre a criação do cargo de apoio à gestão escolar. Acesse o Código QR abaixo.



3) Atribuições dos O.Es em Sobral:

A Lei Municipal apresenta um total de 17 atribuições do O.E. Contudo sem especificar quais são privativas e complementares ao trabalho desse profissional.

A Portaria nº 061/2021, por sua vez, sistematiza as atribuições mencionadas na Lei em termos dos eixos e públicos-alvo das intervenções.

ACESSO O QR CÓDIGO PARA VER A PORTARIA 061/2021 - PÁGINA 05 A 07



Para o contexto de Sobral, elencamos dois perfis de atribuições: **atribuições primárias e secundárias**. As primárias são aquelas em que os O.Es são figuras centrais para a execução da atividade (não sendo, necessariamente, atividades privativas do orientador). Atribuições secundárias são atribuições primárias de outros atores escolares, das quais os O.Es tem alguma contribuição.

EIXO



Primárias

Atividades que prezam pelas construção de vínculos, de espaços de escuta e diálogo, bem como trabalham as demandas individuais e coletivas que afetam as relações interpessoais.

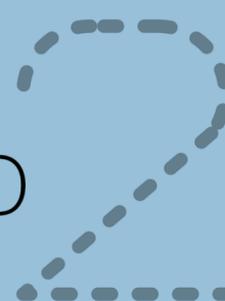
Secundárias

EIXO



Atividades de formações continuadas e serviços ofertados pela Secretaria de Educação (SEDUC) e a Escola de Formação Permanente do Magistério e Gestão Educacional (ESFAPEGE). Abrangem as demandas gerais como: suporte à gestão no tangente às avaliações internas e externas; participações em reuniões de pais e do núcleo gestor (diretor mais coordenador); e planejamentos pedagógicos com equipe técnica sem ação específica do O.E; entre outras ações para as quais a gestão solicita a participação do O.E. Esse eixo possibilita que o O.E crie estratégias junto a gestão escolar e esteja ciente das decisões do núcleo gestor e do corpo docente, assim como das demandas da Secretaria de Educação.

EIXO



Atividades relacionadas à prática pedagógica. Essas buscam o desenvolvimento integral do aluno ao articular competências cognitivas e competências socioemocionais no conteúdo curricular. Também se refere as atividades de formação do núcleo gestor e dos docentes sobre as competências socioemocionais ou outras temáticas do cotidiano escolar.

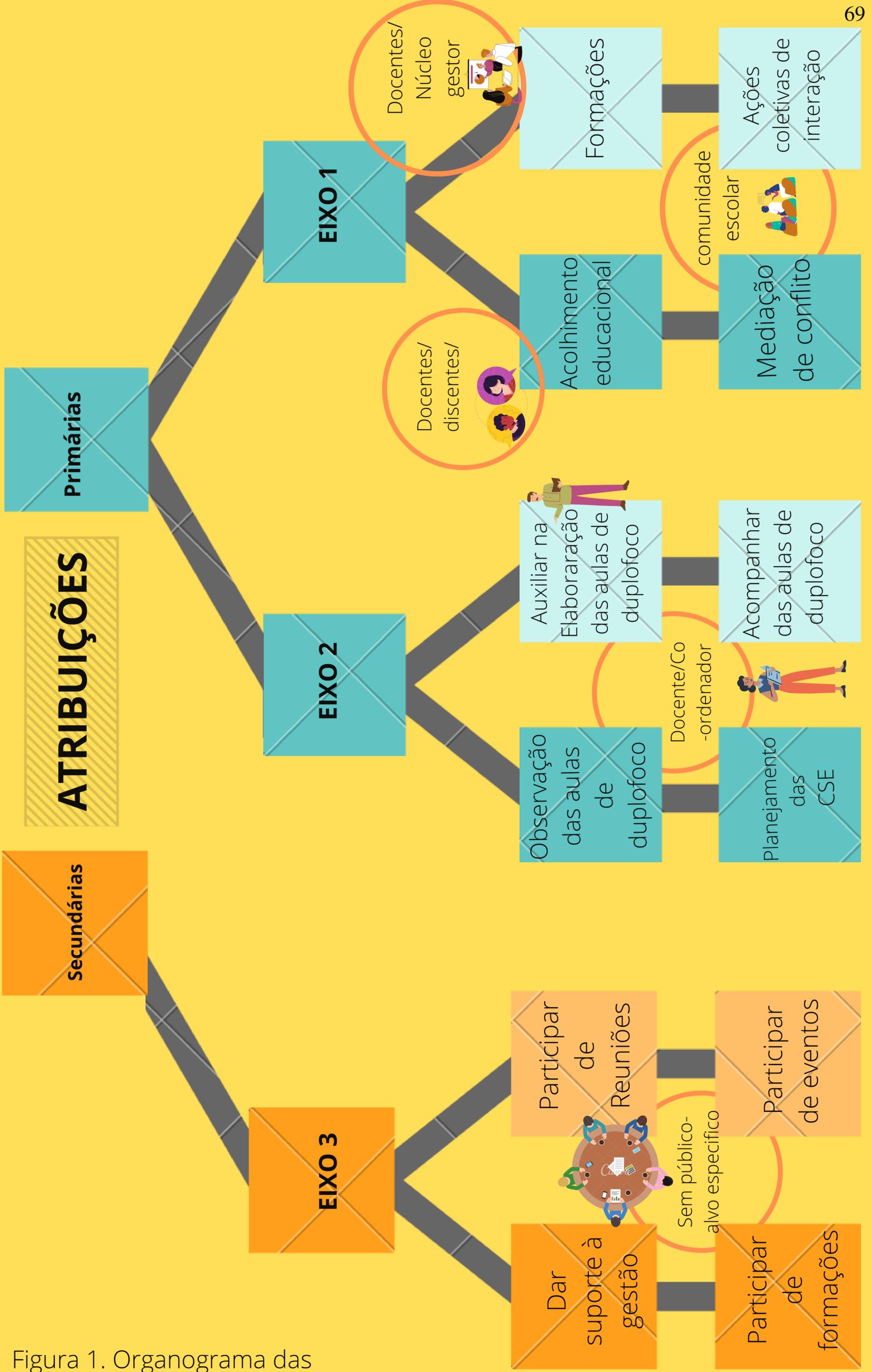


Figura 1. Organograma das atribuições

Tipos de atribuições e possíveis indicadores de efeitos

1. Aumento do número de docentes qualificados na promoção das competências socioemocionais.
2. Aumento frequência de atividades pedagógicas direcionadas à promoção das CSE.

Formação

1. Redução de conflitos relatados junto à gestão.
2. Aumento da frequência de atividades colaborativas entre professores.
3. Aumento da procura espontânea da gestão (por parte dos estudantes e/ou professores)
4. Aumento das atividades colaborativas entre gestores.

Mediação; Ações de cuidado, ações coletivas

1. Redução das demandas livres dissociadas das atribuições primárias.

Reuniões, suporte e participações

Acompanhamento, Elaboração, Observação e planejamentos

1. Redução da frequência das ações de urgência.
2. Maior tempo de aula dedicado aos aspectos pessoais e socioemocionais do aluno, tal como previsto no plano de aula.



CARACTERIZAÇÃO DAS AÇÕES POR TIPO DE ATRIBUIÇÃO

Formação

Atividades voltadas para o socioemocional do educador, atividades que trabalhem a comunicação não-violenta, afetividade e as habilidades sociais

Sugestão de metodologia: oficinas e projetos.

Mediação, Ações de cuidado, ações coletivas

Atividades voltadas para o acolhimento das demandas individuais e criação de espaços de escuta e diálogo.

Sugestão de metodologia: rodas temáticas e círculos de diálogo e de resolução de conflitos

Reuniões, suporte e participações

Estar presente é figura central para participar das decisões escolares e também apresentar como o orientador pode contribuir com as demandas que são do contexto escolar e vão de encontro com as atribuições desse profissional.

Sugestões: Tirar dúvidas em relação aos assuntos tratados nas reuniões, trazer opinião sobre os temas, solicitar participação nas reuniões e decisões escolares.

Acompanhamento, Elaboração, Observação e planejamentos

Atividades que assegurem o desenvolvimento dentro de sala de aula das questões socioemocionais junto às competências cognitivas.

Sugestão de estratégias: uso das metodologias ativas, criação de materiais de apoio, criação dos fluxos das atividades e feedback formativo das ações realizadas.

DICAS

1

Qual o foco da atividade?

--> Tente visualizar qual a função da atividade desenvolvida: ela é de instrução, interação e/ou de inserção?

--> Peça feedback em relação às atividades propostas quando forem coletivas

--> Antes de iniciar a atividade, elenque quais os efeitos você quer obter e quanto tempo/ intervenções serão necessárias.

2

Qual o Perfil da atividade?

--> Ela está dentro de qual grupo de atribuições?

--> Eu posso desenvolver ou não está dentro das minhas atribuições?

3

Pontos de atenção

--> Resultados incompatíveis com os indicadores de efeitos

--> Atividades de cunho administrativo e/ou somente pedagógico.

--> Centralizar apenas em um grupo de atribuições.

--> Atividades com objetivos incongruentes aos previstos pelas suas atribuições.



BRASIL. Decreto n. 72.846, de 26 de setembro de 1973. Regulamenta a Lei nº 5.564, de 21 de dezembro de 1968, que provê sobre o exercício da profissão de orientador educacional. Brasília, DF: Casa Civil, 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/d72846.htm. Acesso em: 30 ago. 2020.

SOBRAL. Portaria nº 061/2021, de 20 de abril de 2021. Diretrizes para os serviços de orientação educacional nas unidades da rede municipal de educação de Sobral-CE. Sobral, CE: Prefeitura municipal de Sobral, 2021. Disponível em: https://www.sobral.ce.gov.br/diario/public/files/diario/DOM1049_20-04-2021.pdf. Acesso em 22 de abril de 2021.

SOBRAL. Lei nº1704, de 19 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a criação da carreira de apoio a gestão escolar no âmbito do poder executivo municipal, e dá outras providências. Sobral, CE: Câmara municipal de Sobral, 2017. Disponível em: <http://transparencia.sobral.ce.gov.br/arquivo/nome:8c45a94d90e082b05629ea6185e24b1a.pdf>. Acesso em: 20 de agosto de 2019.